

LEI MUNICIPAL Nº 1.144, DE 3 DE MAIO DE 2010.

Aprova o Plano Municipal da Juventude do Altinho e, dá outras providências.

O Prefeito Constitucional do Município do Altinho, Estado de Pernambuco, no exercício do Poder emanado do povo, e no uso de suas atribuições conferidas pelo Art. 54, Inciso V, da Lei Orgânica Municipal

Faço saber que o Povo do Altinho, por seus representantes, Aprovou, e eu, em seu nome, Sanciono a seguinte Lei Municipal:

Art. 1º Fica aprovado o Plano Municipal da Juventude do Altinho, denominado "Construindo os Caminhos da Juventude", constante do Anexo Único da presente Lei, destinado a orientar as políticas públicas desenvolvidas pelo Município e pela sociedade, voltadas aos jovens altinenses com idade entre quinze e vinte e nove anos.

§ 1º O limite de idade de que trata o *caput* deste artigo não substitui os estabelecidos em outras leis para jovens adolescentes, jovens e adultos jovens.

§ 2º O Plano Municipal da Juventude terá a duração de 10 (dez) anos.

Art. 2º Fica o Conselho Municipal da Juventude, incumbido de:

I - acompanhar o Plano a nível estratégico;

II - realizar avaliação estratégica do Plano;

III - recomendar ações, no âmbito do Plano, a serem desenvolvidas;

IV - propor as medidas necessárias para o aprimoramento das diretrizes e estratégias do Plano.

Parágrafo Único. A avaliação de que trata o Inciso II do *caput* deste artigo realizar-se-á a cada dois anos, a contar da publicação da presente Lei.

Art. 3º Cabe ao Poder Executivo, por intermédio da Secretaria Municipal da Juventude e Emprego, prover as condições materiais e de infraestrutura necessárias ao pleno funcionamento do Conselho Municipal de que trata o *caput* do artigo 3º desta Lei.

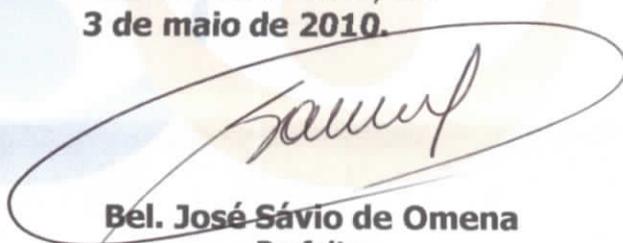
Art. 4º Cabe ao Poder Executivo, por intermédio da Secretaria Municipal da Juventude e Emprego, realizar a avaliação operacional dos projetos prioritários do Plano Municipal da Juventude do Altinho.

Parágrafo Único. A avaliação de que trata o *caput* deste artigo realizar-se-á anualmente, a partir da publicação da presente Lei.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em
3 de maio de 2010.



Bel. José Sávio de Omena
- Prefeito -

LEI MUNICIPAL Nº 1.144, DE 3 DE MAIO DE 2010.

ANEXO ÚNICO

PLANO MUNICIPAL DE JUVENTUDE

SUMÁRIO

A – INTRODUÇÃO

- a.a Histórico
- a.b Objetivos Diretrizes e Prioridades

B – DAS TEMÁTICAS JUVENIS

b – Emancipação Juvenil

- b.a Incentivo permanente à Educação
- b.b Formação para o trabalho e garantia de emprego e renda

C – Bem-Estar Juvenil

- c.a Promover a saúde integral do jovem
- c.b Incentivar o desporto, oportunizar o lazer e preservar o meio ambiente ecologicamente equilibrado.

D – Desenvolvimento da Cidadania

- d.a Política e Participação
- d.b Engajamento e Organização Social

E – Criatividade Juvenil

- e.a Estímulo à produção cultural e acesso aos bens da cultura
- e.b Desenvolvimento Tecnológico e Comunicação

F – Assegurar Direitos e Reconhecer as Diversidades

- f.a Jovens Negros e Negras
- f.b Jovens Indígenas
- f.c Jovem Rural
- f.d Jovens Deficientes
- f.e Jovem GLBTT
- f.f Jovens Mulheres

G – DA AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO PLANO

PLANO MUNICIPAL DE JUVENTUDE

1 - INTRODUÇÃO

1.1 HISTÓRICO

A idéia da criação do Plano Municipal de Juventude nasceu no início desta década, junto com a mobilização pela constituição do Plano Nacional. Contudo, somente a partir da Conferência de Juventude de Altinho é que este processo ganha força e alcance municipal, sendo debatido por diversos jovens da zona urbana e zona rural da cidade de Altinho.

A proposta do Plano Municipal de Juventude foi discutida por diversos jovens, em um processo que também envolveu Secretarias Públicas Municipais de Altinho, Igreja Católica do Município de Altinho, Igreja Evangélica Assembléia de DEUS, Fórum da Cidadania Rossini Alves Couto, Sindicato Rural de Altinho, Escolas Estaduais, Municipais e Particulares (José Lins de Figueiredo, Barros Correia, Professora Maria do Socorro e Cenequista), Associações Comunitárias de Altinho e representantes da sociedade civil.

Prova desta riqueza é não somente a elevada participação, mas, sobretudo, a qualidade das propostas e idéias apresentadas. Educação, Emprego, Trabalho e Geração de Renda, Cultura e Mídia, Família, Sexualidade, Diversidades, Drogas e Violência, Tempo Livre, Participação Política e Liberdades Democráticas foram temas abordados, e aperfeiçoados, pela jovem geração altinense.

Desta maneira, acreditando nos processos de diálogo e participação social como o melhor método para a construção de políticas públicas, a exemplo da Conferência de Juventude, o Governo de Altinho tem certeza que a proposta que agora se apresenta é a mais verdadeira expressão da vontade plural da juventude altinense.

1.2 OBJETIVOS, DIRETRIZES E PRIORIDADES

O Plano tem por objetivos:

- Impulsionar o desenvolvimento integral e sustentável da juventude altinense;
- Articular os diversos atores da sociedade, governo, organizações não-governamentais, jovens e legisladores para construir políticas públicas integrais de juventude;
- Garantir a Equidade de Oportunidades e Fomentar a Cultura de Paz;
- Promover a Cidadania Ativa e a Cultura Juvenil;
- Incorporar integralmente os(as) jovens ao desenvolvimento de Altinho – não somente como beneficiários, mas também como atores/atrizes ativos(as) por meio de uma Política Municipal de Juventude voltada aos aspectos humanos, sociais, culturais, educacionais, econômicos, desportivos, religiosos e familiares;

- Tornar as políticas públicas de juventude responsabilidade do Estado e não de governos, efetivando-as nos níveis institucionais – Estadual e Municipal;
- Construir espaços de diálogo e convivência plural, tolerantes e equitativos, entre as diferentes representações juvenis;
- Criar políticas que tratem do (a) jovem como sujeito de direitos e membro da coletividade, respeitando todas as especificidades de cada segmento e todas as singularidades que se entrelaçam;
- Garantir os direitos da juventude, considerando gênero, orientação sexual, raça, etnia, situação quanto à deficiência e local de residência nas mais diversas áreas: educação, ciência e tecnologia, cultura, mídia, desporto, lazer, participação política, trabalho e renda, saúde, saúde sexual e reprodutiva, meio ambiente, terra, agricultura familiar, entre outras, levando-se em conta a transversalidade dessas políticas de maneira articulada;
- Apontar diretrizes e metas para que o(a) jovem possa ser o ator principal em todas as etapas de elaboração das ações setoriais e intersetoriais.

Considerando que a Política Nacional de Juventude está se consolidando na agenda pública brasileira, que a constituição da Secretaria e Conselho Nacional de Juventude, em paralelo à criação de inúmeras ações e programas do governo federal, como o Pró-Jovem, PROUNI, dentre outros, reforçam a inserção da temática juvenil no projeto global de desenvolvimento.

Considerando que o Governo de Altinho já desenvolve diversas iniciativas para a constituição de uma Política Municipal de Juventude, tendo como principal parâmetro a experiência federal.

E considerando que o 1º Seminário Municipal de Políticas Públicas para Juventude de Altinho foi uma ampla atividade de consulta pública, dividido em quatro etapas e envolvendo diversas localidades como Carão, Chatinha, Letreiro, Cantinho, Quilômbô e Mandioca, Itaguaçu, Porteiras, Morcego, Serrote, Alto Enxuto, Queimadas, Bonita, Umbaúba, Gonsalo Antunes, Lagoa do Queijo, Poço de Sombra, São Francisco, Pedra da Onça e Cajarana, Guaraciaba, Jaboticaba, Caracol, Boa Vista, Amaro, Capoeira, Beberibe, Brejo Preto, Riachão, Brejo de Cachoeira, Taquara, Sucavão, Maracujá e Tabocas, oportunizando a participação de mais de diversos jovens, envolvendo também Secretarias Públicas Municipais de Altinho, Igreja Católica do Município de Altinho, Igreja Evangélica Assembléia de DEUS, Fórum da Cidadania Rossini Alves Couto, Sindicato Rural de Altinho, Escolas Estaduais, Municipal e Particular (José Lins de Figueiredo, Barros Correia, Professora Maria do Socorro e Cenecista) e Associações Comunitárias de Altinho e representantes da sociedade civil, e que deste processo foram eleitos Desafios e Soluções Prioritárias, propõem-se as seguintes Diretrizes e Prioridades para a intervenção pública no Município:



Diretrizes:

Educação: democratizar a Educação de qualidade, ampliando fortemente o atendimento do ensino básico, e construindo currículos que considerem as realidades territoriais.

Trabalho: garantir a inserção efetiva do jovem no mercado de trabalho, observando as prioridades de gênero e etnia, através da qualificação profissional que leve em consideração as especificidades territoriais.

Política e Participação: Implementar a Secretaria e o Conselho Municipal de Juventude.

Cultura: trabalhar as políticas públicas através de extensões territoriais da Secretaria de Cultura do município de Altinho.

Meio Ambiente: ampliar o ensino e priorizar a formação dos jovens para a Educação Ambiental.

Violência e Sociedade: garantir qualidade e efetivação da educação pública e gratuita da educação infantil ao ensino superior, inserindo esporte e cultura como elementos fundamentais na prevenção à violência juvenil.

Família, Saúde e Drogas: ampliar os investimentos em políticas públicas que fortaleçam a estrutura e as necessidades básicas da Família.

Prioridades (Eixos prioritários):

Educação:

- Cursos preparatórios gratuitos para concursos e vestibulares para alunos que estudam em escolas públicas para atender toda a população jovem.
- Parcerias para o acesso a Universidade.
- Professores mais capacitados na sala de aula.
- Inclusão digital (cursos preparatórios).
- Concurso público no Município.
- Merenda de boa qualidade e que não falte.
- Melhoria no transporte escolar.
- Oportunidades para os estudantes do curso Normal Médio (Magistério).
- A participação da família na aprendizagem escolar. (A família tem uma forte influência na educação).
- Promover palestras educativas para pais e filhos
- Prédio com melhor estrutura para funcionamento do PRÉ a 8ª série em Guaraciaba.

- Curso de culinária para as merendeiras
- Curso de computação gratuito.
- Usar o prédio (TELPE) para uma biblioteca na comunidade de Guaraciaba.
- Dias ecológicos nas escolas envolvendo a comunidade.
- Criação de disciplina específica sobre sexualidade (Sexólogo, Médicos e agentes de saúde capacitados).

Saúde:

- Ampliar atendimento odontológico
- Aquisição de aparelho para RAI O X.
- Área para exames.
- Atendimento imediato e agilidade durante o atendimento.
- Melhorar o atendimento e a organização do hospital.
- Maior privacidade no leito hospitalar.
- Mais equipamentos e médicos especializados em várias áreas.
- Medicamentos no hospital e postos de saúde.
- Melhor atendimento da saúde em geral.
- Contratação de novos e melhores recursos humanos (médicos clínicos e ginecologista, paramédicos, técnicos e auxiliares capacitados)
- Aquisição de uma ambulância para Taquara.

Família, Sexualidade e Drogas:

- Ampliação dos investimentos nas entidades existentes (CRAS, etc), que fortaleça o grupo familiar.
- Palestras educativas sobre sexualidade, drogas e combate a violência com pais e jovens.
- Palestras nas escolas orientando os jovens sobre as doenças.
- Distribuição de panfletos educativos.
- Maior fiscalização policial.
- Distribuição de preservativos.
- Fiscalização do Conselho Tutelar.
- Fazer campanhas nas escolas e nas comunidades carentes auxiliando e alertando sobre as doenças.
- Criação de centros de orientações que se dirijam para várias comunidades da região.
- Criação de Centro de Apoio para os usuários de drogas.
- Orientação sobre métodos anticonceptivos.

Violência e Sociedade:

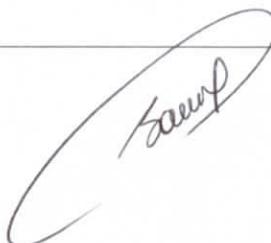
- Criação de programas de qualificação para inserção do jovem no mercado de trabalho, como mecanismos de combate à violência.
- Criação de equipes interdisciplinares para apoio e acompanhamento do jovem e sua família nas questões que geram conflitos, violência e outras dificuldades.
- Agilidade no atendimento policial.
- Distribuição diariamente de policiais para garantir a segurança da população (zona rural e urbana).
- Adicionar policiamento em Taquara, para maior segurança da região.

Diversidade:

- Garantia de atendimento humanizado na rede pública de saúde para assistir mulheres, independente da sua orientação sexual, em situação de abortamento com acompanhamento psicossocial permanente.
- Criação do Conselho da Diversidade Sexual vinculado à Secretaria de Justiça, a fim de garantir a integridade física e moral e os direitos humanos do segmento LGBT.
- Respeito para com todos, independente de raça, classe social e opção sexual.
- Implantar no currículo escolar, palestras educativas sobre o racismo e o homossexualismo.
- Inclusão social de homossexual.

Trabalho - Emprego e Renda – Qualificação Profissional:

- Criação de uma Lei Municipal que garanta que as empresas beneficiadas com investimentos do Município invistam na capacitação dos jovens e admissão destes em seus quadros funcionais;
- Aumento do alcance dos programas do Governo voltados para a juventude, para além da área urbana, e garantia da descentralização administrativa desses programas;
- Implementação de políticas públicas de qualificação vocacional na produção local e territorial, que atendam as demandas, inserindo os jovens no mercado de trabalho;
- Garantia de condições para que os jovens venham a ser futuros empreendedores, bem como fomentadores da economia solidária.
- Criar cursos profissionalizantes, e ao término ou no decorrer do curso, oferecer aos profissionais oportunidades de por em prática e incentivá-los a expandir o comércio que gere lucros, incluindo a zona rural.



- Dar oportunidade aos jovens com cursos profissionalizantes, (Técnico em enfermagem, informática, cabeleireiro, costura, artesanato, comércio em varejo, mecânico, pecuária, curso de micro-empresas, projeto de melhor utilização da água) para jovens iniciantes no mercado de trabalho.
- Orientação de um profissional especializado para pequenos agricultores.
- Espaço adequado para armazenamento de sementes.
- Inserir programas de artesanato com palhas de milho e bananeira.
- Trazer cursos gratuitos para todos os jovens.
- Criação de um mercado específico para os produtos locais
- Formação de uma cooperativa para beneficiamento das frutas.

Cultura:

- Estabelecimento de orçamento direto para que possa ser criado centro cultural.
- Resgatar a cultura, promovendo projetos teatrais, de dança, de música para desenvolver habilidades culturais.
- Incentivar a prática do turismo na região. (Pedra Letreiro).
- Abertura do Teatro, cinema e aulas de dança.
- Apoio aos grupos culturais de (pifanos, barcamateiros, mazurcas)
- Aulas de teatro, dança e etc.
- Campeonato de danças, teatro, esporte entre outros.
- Resgatar a história do município e da comunidade.
- Incentivar a cultura altinense, bem como: Teatro, dança e artistas regionais.
- Apoio ao artesanato rural da Associação do sítio Morcego.

Política e Participação:

- Criação de fóruns de juventude, Diversidade e Cultura que possibilitem comunicação mais eficiente com os jovens, no âmbito municipal.
- Fortalecimento das entidades juvenis (grêmios, associações, movimentos sociais, entidades esportivas, etc.), garantindo sua autonomia.

Meio Ambiente:

- Geração de emprego e renda para jovens, do campo e da cidade, através de programas específicos de educação ambiental.
- Execução de projetos para a criação de Agendas 21 (Agenda Ambiental) em todas as escolas do município.
- Combater o desmatamento.
- Acabar com a matança de animais em locais inadequados.
- Colocar o lixo em locais apropriados.
- Orientação sobre a preservação do meio ambiente, coleta e reciclagem do lixo.

- Cursos de reciclagem para geração de emprego.
- Apoio da gestão municipal para recolher o lixo em geral.
- Saneamento básico.
- Solicitar apoio do IBAMA para orientar a população, e uma fiscalização mais rígida.
- Melhorias das estradas
- Preservação das nascentes dos rios.
- Dias ecológicos nas escolas envolvendo a comunidade.

Esporte e Lazer:

- Criação de Decreto de Lei para que as praças e escolas construídas contemplem em seus espaços aparelhos multifuncionais de lazer, esporte e cultura, pensando e respeitando as questões de acessibilidade dos portadores de necessidades especiais.
- Oferecer aulas esportivas como: Vôlei, Futebol, Basquete entre outros.
- Construção de áreas educativas e lazer. (Cachoeira do Rio Chata – Povoado do Carão).
- Criação de um jornal informativo mensal direcionado aos jovens (JJ – Jornal Jovem), que poderia ser distribuídos nas escolas, biblioteca, associações comunitárias para manter um vínculo entre a cidade e a zona rural.
- Maior investimento em campeonatos regionais.
- Criação de quadras de futsal e futebol de areia.
- Construção de Piscina comunitária para prática de natação.
- Criação de uma biblioteca virtual, acesso gratuito a internet.
- Incentivo a prática de atividades físicas.
- Ampliação da escola para atender de 5ª a 8ª série e com aplicação para esportes (quadra).
- Construção de um clube municipal.
- Realização de gincanas rurais, com premiação (1ª, 2ª e 3ª) lugar.
- Realização anual de jogos olímpicos a fim de incentivar os jovens a prática de esportes: Futebol, vôlei, basquete e jogos de mesa.
- Criação de um cinema.

Comunicação e Mídia:

- Ampliação dos meios de comunicação municipal;
- Criação e implantação de capacitação, produção e difusão, com inserção do tema nos ensinamentos formal e não-formal, e nas escolas técnicas.

Tecnologia e Inclusão Sócio-Digital:

- Extensão dos Centros Tecnológicos às escolas municipais de ensino médio, profissionalizando os jovens para que estes colaborem com o desenvolvimento local.

Território de Identidade:

- Garantia de qualificação para elaboração e gestão de projetos e captação de recursos, nas áreas urbanas e rurais.

2 - TEMÁTICAS JUVENIS

A compreensão de que tratar de políticas públicas de juventude é buscar atender às mais diferentes demandas, entender as mais diversas realidades e elaborar ações nas mais distintas áreas da vida social e da capacidade de intervenção pública, leva a definir a temática juvenil como transversal e também com identidade própria. O que pede a combinação de enfoques universais e específicos, sob pena de não fortalecermos institucionalmente a identidade juvenil e nos dispersamos apenas na visão transversal.

A transversalidade de temas impõe aos gestores públicos, aos representantes juvenis e a todo e qualquer processo de elaboração de políticas de juventude um grande desafio: reconhecer as singularidades, as peculiaridades e as especificidades das *juventudes* brasileiras, sem perder sua compreensão geral, global e geracional.

O Plano apresenta suas diretrizes a partir da combinação dos diferentes temas debatidos do 1º Seminário Municipal de Políticas Públicas para Juventude de Altinho e em consonância com o Plano Estadual. A resultante deste exercício é apresentada no quadro abaixo:

Emancipação Juvenil

Educação
Trabalho

Bem-estar Juvenil

Saúde
Violência
Esporte
Lazer
Meio Ambiente



Desenvolvimento da Cidadania

Política e Participação
Juventude do Campo

Criatividade Juvenil

Cultura
Tecnologia e Informação

Assegurar Direitos, Valorizar e Reconhecer as Diversidades

Jovens Negros e Negras
Jovens Indígenas
Jovem Rural
Jovem com Deficiência
Jovens GLBTT
Jovens Mulheres

EMANCIPAÇÃO JUVENIL

2.1- Incentivo permanente à Educação

DIAGNÓSTICO

Localizações Geoespacial do Município e Condições de Acesso



Altinho é um Município pernambucano localizado na Mesorregião Agreste e na Microrregião do Brejo Pernambucano, a 163,1 Km da capital, Recife. Possui uma altitude de 454 metros.

A área do município é de 452,6 Km², limitando-se ao norte com Caruaru e São Caetano; ao Sul com Ibirajuba, Panelas e Cupira; ao Leste com Agrestina e a Oeste com Cachoeirinha.

É formado por: Sede, Distrito de Itaguaçu e pelos povoados de

Guaraciaba, Vila São José e Taquara de São Pedro. Suas principais vias de acesso são BR 232/104, via Caruaru/Agrestina e PE 149, todas asfaltadas.

Características Demográficas

De acordo com o censo 2000 do IBGE, a população residente total é de 22.131 habitantes, sendo 10.542 (47,6%) na zona urbana e 11.589 (52,4%) na zona rural. Os habitantes do sexo masculino totalizam 11.063 (50,0%), e do feminino totalizam 11.068 (50,0%), resultando numa densidade demográfica de 49,1 hab/km². Conforme tabelas a seguir:

Ano 2000

Situação do Domicílio	Faixa Etária	Mulheres	Homens	Total
Rural	00 a 04 anos	568	652	1.220
Rural	05 a 09 anos	602	790	1.392
Rural	10 a 14 anos	723	789	1.512
Rural	15 a 19 anos	639	750	1.389
Rural	20 a 24 anos	345	659	1.004
Rural	25 a 29 anos	326	438	764
Rural	30 a 34 anos	306	348	654
Rural	35 a 39 anos	322	327	649
Rural	40 a 44 anos	290	312	602
Rural	45 a 49 anos	214	297	511
Rural	50 a 54 anos	309	214	523
Rural	55 a 59 anos	240	201	441
Rural	60 a 64 anos	205	215	420
Rural	65 a 69 anos	154	211	365
Rural	70 anos ou mais	76	67	143
Urbana	00 a 04 anos	434	505	939
Urbana	05 a 09 anos	477	378	855
Urbana	10 a 14 anos	474	437	911
Urbana	15 a 19 anos	522	491	1.013
Urbana	20 a 24 anos	531	301	832
Urbana	25 a 29 anos	397	295	692
Urbana	30 a 34 anos	415	333	748
Urbana	35 a 39 anos	278	328	606
Urbana	40 a 44 anos	256	190	446
Urbana	45 a 49 anos	282	142	424
Urbana	50 a 54 anos	247	137	384
Urbana	55 a 59 anos	278	193	471
Urbana	60 a 64 anos	228	242	470
Urbana	65 a 69 anos	184	135	319
Urbana	70 anos ou mais	746	686	1.432
Total	-	11.068	11.063	22.131

Fonte: www.sidra.ibge.br

Características Étnicas – Ano 2000

Grupo Étnico	Mulheres	Homens	Total
Branco	4.750	4.211	8.961
Negro	707	622	1.329
Pardo	5.534	6.086	11.620
Amarelo	29	14	43
Índio	-	09	09
S/Declaração	48	121	169
Total	11.068	11.063	22.131

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000

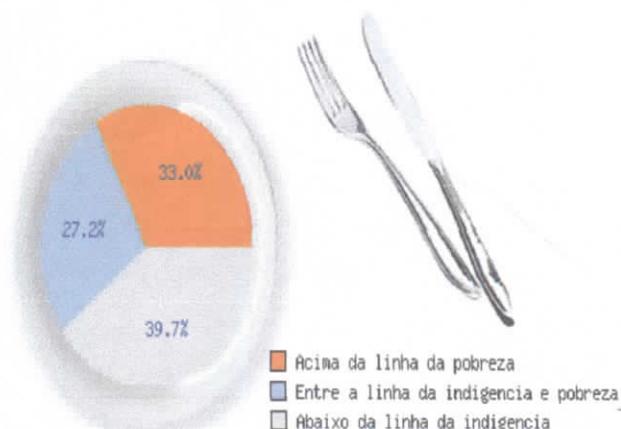
Segundo a contagem feita pelo IBGE em 2007, a população residente é 21.782, localizada 12.064 (55,39 %), na área urbana e 9.718 (44,61 %) na área rural. Destes 10.819 (49,67 %) são homens e 10.942 (50,23 %), mulheres.

Características Econômicas

Segundo o IBGE, as principais atividades econômicas são: Agropecuária (58,8 %); Comércio, reparação de veículos, objetos pessoais e domésticos (12,9 %) e outras atividades (28,3 %).

A renda mensal das pessoas responsáveis pelo domicílio, em 2000, de acordo com o IBGE:

Salários Mínimos	(%)
Até ½	7,81
½ a 1	50,02
1 a 2	13,98
2 a 5	6,76
5 a 10	2,35
10 a 20	0,65
Mais de 20	0,28
Sem rendimento	18,15
Total	100,00



(Portal ODM)

Indicadores Sociais

Indicadores do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – 1991-2000

IDH-M		IDH-M Renda		IDH-M Longevidade		IDH-M Educação	
1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000
0,480	0,590	0,480	0,512	0,528	0,627	0,433	0,630

Fonte: Pnud/Ipea/FJP, Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil

A taxa de analfabetismo, segundo o IBGE em 2000 era:

Faixa Etária	(%)
7 a 14	28,69
10 a 14	15,56
15 a 17	13,45
18 a 24	23,73
25 ou mais	50,95

Fonte: Pnud/Ipea/FJP, Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil

Organização e ações sócio-políticas

Grupos Sociais Locais

- Fórum Altinense de Cidadania Rossini Alves Couto
- Associação dos Estudantes de Altinho
- Associação dos Transportes Alternativos de Altinho
- Associação comunitária de Sucavão
- Associação Comunitária de Taquara
- Associação Comunitária de Maracujá
- Associação Comunitária de Guaraciaba
- Associação Comunitária de Jabuticaba
- Associação Comunitária de Caracol
- Associação Comunitária de Queimadas



- Associação Comunitária de Umbaúba
- Associação Comunitária de Poço de Sombra
- Associação Comunitária de Lagoa do Queijo
- Associação Comunitária de Gonçalo Antunes
- Associação Comunitária de Cajarana
- Associação Comunitária de Mandioca
- Associação Comunitária de Itaguaçu
- Associação Comunitária de Porteiras
- Associação Comunitária do Cantinho
- Associação Comunitária do Letreiro
- Associação Comunitária do Carão
- Associação Comunitária do Quilombo
- Associação Comunitária da Vila de São José
- Associação Comunitária do Carrasco
- Associação Comunitária de Demarcação
- Associação Comunitária de Jenipapo
- Associação Comunitária do Morcego
- Associação Comunitária Posto Agropecuário
- Associação Comunitária do Alecrim
- Associação Comunitária dos Agentes de Saúde
- Associação Comunitária dos Artesãos de Altinho
- Associação Comunitária dos Verdureiros
- Associação de Apoio aos Deficientes de Altinho
- Associação Comunitária da Bonita
- Associação Comunitária dos Irrigantes de Altinho
- Associação Comunitária dos Marchantes
- Associação de Amparo à Maternidade Altinense
- COLVALE – Cooperativa dos Produtores de Leite do Vale do Rio Una



Entidades de Classe

As principais entidades de classe presentes no município são as seguintes:

- Sindicato dos Trabalhos Rurais de Altinho
- Sindicato Patronal de Altinho
- Sindicato dos Servidores Municipais

ONG's

- SAIJA - Sociedade de Assistência à Infância e à Juventude de Altinho
- CCECA – Centro Cultural Educacional Cívico de Altinho

Conselhos

- Conselho Municipal de Educação
- Conselho Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social
- Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente
- Conselho Tutelar
- Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente
- Conselho de Alimentação Escolar
- Conselho do FUNDEB – Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização do Magistério
- Conselho Municipal de Saúde

Programas Sociais

- Bolsa Família
- PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil



Número de escolas por nível e modalidade de ensino

Dependência Administrativa	Nível de Ensino	Ano	Quantidade de Estabelecimento		Quantidade de Professores Por Modalidade de Ensino
			Zona RURAL	Zona URBANA	
Estadual	Educação de Jovens e Adultos	2009	-	02	50
Estadual	Educação Infantil		-	-	
Estadual	Ensino fundamental		-	02	
Estadual	Ensino Médio		-	02	
Estadual	Ensino Profissionalizante		-	-	
Municipal	Educação de Jovens e Adultos		-	02	11
Municipal	Educação Infantil		02	01	06
Municipal	Ensino Fundamental		35	03	144
Municipal	Ensino Médio		-	-	-
Privada	Educação de Jovens e Adultos		-	-	
Privada	Educação Infantil		-	03	
Privada	Ensino Fundamental		-	03	
Privada	Ensino Médio		-	01	

Indicadores Educacionais

O IDEB do município está descrito na tabela abaixo:

	Anos Iniciais do Ens. Fund.		Anos Finais do Ens. Fund.		Ensino Médio	
	2005	2007	2005	2007	2005	2007
BRASIL	3,8	4,2	3,5	3,8	3,4	3,5
PERNAMBUCO	3,1	3,4	2,4	2,5	2,7	2,7
ALTINHO	-	3,0	2,5	3,0	-	-

FONTE: MEC

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - IDH-M do município de Altinho é de 0,590. Este índice situa o município em 133º no ranking estadual e em 4844º no nacional.

O Índice de Exclusão Social, que é construído por 07 (sete) indicadores (pobreza, emprego formal, desigualdade, alfabetização, anos de estudo, concentração de jovens e violência) é de 0,339, ocupando a 83ª colocação no ranking estadual e a 4.321ª no ranking nacional. A realidade social do Município de Altinho são inquietantes e preocupantes. No que diz respeito à Educação, o Brasil apresenta uma gravíssima *situação de abandono, desqualificação, repetência e resultados*. Segundo dados do IBGE/2005, o município apresenta 13,45% de analfabetismo na faixa etária de 15 anos a 17 anos, na faixa de 18 a 24 anos apresenta o índice de 23,72% e acima de 25 anos o índice é de 50,95%.

A maioria da população não está desperta para o direito que têm a uma educação de qualidade, não percebem que a escola é um patrimônio público da sociedade e que é em comunidade que ela deve ser gerida e concebida. Portanto, a situação deve ser entendida em um contexto mais abrangente, no qual faça parte à juventude enquanto categoria específica da comunidade; e o conjunto da sociedade como a principal responsável por suas próprias mazelas e conquistas.

A juventude espera da Educação oportunidades e qualidade, mesmo quando age de maneira paradoxal. Para a construção de um encontro frutífero entre o (a) jovem e a educação, é preciso que a escola se abra e inclua as diferenças, que respeite o (a) estudante, suas origens e suas realidades sócio-culturais, que convoque os (as) estudantes para um diálogo franco e uma parceria na construção de soluções. Enquanto

prevalecer o autoritarismo ou elitismo, a pedagogia do professor que tudo sabe e do estudante que não sabe nada, a situação continuará a mesma.

Portanto, a situação da Educação no município merece ser tratada como prioritária. A dimensão das mazelas requer um empenho firme e obstinado da sociedade e dos poderes públicos para enfrentar os males e gerar soluções a curto, médio e longo prazo. Em grande parte, o atraso político e a miséria social que ainda assolam o estado resultam desse quadro. Um povo sem oportunidades reais de crescimento social e profissional, acumulando entre gerações a ignorância e a desqualificação educacional não podendo criar as condições para a sua própria emancipação. A tarefa da Educação é a tarefa de construir o estado, de levantar a auto-estima do altinense e colocar a juventude de Altinho no lugar que ela merece que é o lugar de uma sociedade desenvolvida, feliz e harmoniosa.

ESTRATÉGIAS

1. Universalizar o acesso e melhorar a qualidade da Educação;
2. *Incentivar permanentemente a Educação Técnica e Tecnológica e Qualificar para o Mundo do trabalho;*
3. Facilitar a inclusão no mundo do trabalho e o acesso ao primeiro emprego;
4. Apoiar as iniciativas individuais e coletivas dos jovens empreendedores e promover a Economia Solidária;
5. Desenvolver mecanismos para facilitar a aquisição de moradia por jovens;
6. Democratizar o desenvolvimento tecnológico e as novas formas de comunicação;
7. Promover a saúde integral entre jovens;
8. Preservar o meio-ambiente e incentivar o desenvolvimento sustentável;
9. Garantir a mobilidade de estudantes e jovens;
10. Facilitar o acesso aos bens culturais da sociedade;
11. Garantir a participação juvenil na elaboração das políticas públicas na área de educação;

12. Garantir a participação dos jovens no processo de eleição direta para diretor das escolas de Educação Básica;
13. Erradicar o analfabetismo em geral e especialmente da população juvenil, com a participação dos (as) jovens nos programas governamentais;
14. Ampliar a oferta de cursos de alfabetização para jovens e adultos;
15. Ampliar a oferta de vagas nos cursos noturnos, em todos os níveis de ensino, a fim de facilitar o acesso do jovem trabalhador à educação formal;
16. Facilitar o acesso à universidade;
17. Garantir a eficiência do Ensino Médio municipal para a aprovação nos vestibulares e, até que esse objetivo seja cumprido plenamente, assegurar a oferta gratuita de cursos pré-vestibulares para jovens com dificuldades econômicas;
18. Disponibilizar a orientação vocacional e informações sobre as profissões para o Ensino Médio da rede pública;
19. Implementar as diretrizes operacionais para a Educação Básica no campo;
20. Construir Escolas Técnicas, com reserva de vagas para estudantes negros(as) e indígenas, em todos os Territórios de Identidade, melhorando a quantidade e a qualidade dos equipamentos pedagógicos das já existentes;
21. Assegurar a oferta do programa de transporte escolar para os alunos da rede pública, tanto da Educação Básica quanto da Educação Superior, especialmente no meio rural;
22. Garantir o financiamento estudantil, no Ensino Superior e pós-graduação, tanto para o pagamento das mensalidades, como para a manutenção dos estudantes, oferecendo-lhes diferentes opções de custeio;
23. Criar políticas de apoio às famílias, a fim de garantir-lhes renda suficiente para manutenção do jovem na escola regular ou em cursos técnicos;
24. Incluir no modelo de escola pública, em todos os níveis, a alimentação, a assistência médica-odontológica, psicológica, bem como a assistência social;
25. Criar um fundo para a Educação Profissional;
26. Ampliar o número de matrículas de jovens na Educação Profissional, nos níveis de aprendizagem/técnico, promovendo maior integração entre os níveis;

27. Articular ações de Educação Profissional e Educação Básica, buscando a elevação do nível de escolaridade e concebendo a Educação Profissional como formação complementar à educação formal;
28. Criar mecanismos que garantam recursos para financiamento de programas de Educação Profissional através de bolsas de estudos para jovens;
29. Ofertar educação de qualidade, com formação inicial e continuada dos trabalhadores em Educação;
30. Garantir instalações, espaços e equipamentos para a produção qualificada do ensino das artes e para a convivência salutar no seio da escola;
31. Promover a capacitação profissional dos educadores para lidarem com a ética profissional e priorizar as temáticas sobre respeito e compreensão das diferenças dos indivíduos e dos grupos sociais;
32. Exigir a destinação adequada de recursos para subsidiar ações educativas, com capacitação contínua de docentes e aparelhamento e manutenção das instalações da escola;
33. Inserir conteúdos curriculares que valorizem a consciência participativa, política e cidadã dos jovens, tais como educação pela comunicação, meio ambiente, cultura brasileira, direitos humanos e de identidades – com perspectiva de gênero, anti-homofóbica, anti-racista, etc.;
34. Garantir a inclusão de temas relativos ao consumo de álcool, drogas, doenças sexualmente transmissíveis, Síndrome de Imunodeficiência Adquirida (Aids) e planejamento familiar nos conteúdos curriculares dos ensinos fundamental e médio;
35. Definir e promover a imediata implementação no currículo do Ensino Médio das diretrizes e cargas horárias para o ensino de Sociologia e Filosofia, introduzindo no conteúdo abordagens sobre Associativismo, Cooperativismo, Economia Solidária e princípios do Desenvolvimento Sustentável;

2.2- Promover a Equidade de Oportunidades e as Políticas Afirmativas

DIAGNÓSTICO

O desemprego juvenil está diretamente ligado aos problemas das limitações da economia do país de oferecer todo o trabalho de que a população necessita. Nos dias de hoje, as ofertas de trabalho são muitas vezes temporárias e nas mais diferentes situações (estágios, treinamento, entre outras), que dificultam a construção de uma carreira ocupacional. Sem a existência de uma ocupação estável, o(a) jovem não consegue sair da condição de desemprego recorrente, isto é, desemprego interrompido temporariamente por bicos, estágios, para auferir alguma renda.

Outro aspecto do desemprego juvenil é que a primeira porta de ingresso no mercado de trabalho passou a ser objeto de concorrência entre trabalhadores adultos, pois diante de um elevado excedente de mão-de-obra, os trabalhadores adultos buscam qualquer vaga, inclusive as anteriormente ocupadas por jovens e nessa condição o empregador pode contratar adultos mais experientes, pagando salários reduzidos.

Vale ressaltar que, com a realidade de ausência de trabalho e renda decente, segundo Pochmann (2004), cerca de 150 mil jovens deixam anualmente o Brasil em busca de uma oportunidade no exterior, restando assim, o desespero do desemprego e a sub ocupação, ou, ainda, as frentes de absorção da economia do crime e de outras atividades ilícitas.

Segundos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), do IBGE, em 2000, existia em Altinho, 7.978 pessoas com 10 anos ou mais de idade ocupadas perfazendo um total de 36% diante de uma população de 22.131 pessoas residentes no município, desse contingente, 5.093 são do sexo masculino e 2.885 são de sexo feminino. A PNAD indica ainda que, em 2000, existia, em Altinho 5.694 pessoas entre 15 e 29 anos, que representam cerca de 25,73% da População em Idade Ativa (PIA) altinense.

Segundo o Ministério do trabalho e Emprego, os jovens ocupam cerca de 90% das 6 milhões de novas vagas criadas com carteiras assinadas no mercado de trabalho entre 2003 2007 CAGED (**cadastro geral de empregados e desempregados**). Ainda assim, muitos continuam esperando na fila: o desemprego tem afetado mais intensamente a juventude.

Diante da escassez de oportunidades profissionais, os jovens acabam se dedicando a bicos e quebra-galhos, ganhando mal e, geralmente, na informalidade.

Quase metade dos desempregados do país é jovem. (IBGE, 2007).

Em média os trabalhadores jovens ganham menos da metade do que ganham os adultos. (PNAD, 2006).

63% dos jovens que trabalham não têm carteira assinada. (Instituto Cidadania, 2003).

É preciso oferecer oportunidades de formação profissional e criar novos postos de trabalho, em condições dignas e com remuneração justa.

Nos dias de hoje, não se trata mais de estudar antes como forma de se preparar para *conseguir um emprego depois*. O banco da escola está ao lado da cadeira de escritório: é preciso criar condições para que os jovens possam se dedicar à sua formação educacional de modo integrado à sua inserção e permanência no mundo produtivo.

Esse problema atinge a todos, porém afeta mais o segmento juvenil em vista da sua falta de experiência profissional, item usado como critério de desempate na seleção entre duas ou mais pessoas a procura de emprego.

Para resolver tais problemas, o Poder Público deve agir no sentido de criar programas de geração de emprego e renda para os(as) jovens, bem como incentivar o empreendedorismo juvenil na forma de instituição de linhas de crédito especiais para esse segmento da população e garantir a inserção efetiva do jovem da zona urbana e rural no mercado de trabalho sem exclusão de gênero e etnia, por meio de qualificação profissional, levando em consideração as especificidades territoriais.

É importante ainda que o Governo do Estado realize uma ação implacável e eficaz com relação ao contrato de aprendizagem criado pela Lei nº 10.097, de 19 de dezembro de 2000, que obriga os estabelecimentos de qualquer natureza, exceto as microempresas e as empresas de pequeno porte, a empregar e a matricular nos cursos dos Serviços Nacionais de Aprendizagem (SENAC, SENAI, SENAT, SENAR) número de aprendizes equivalente a 5%, no mínimo, e 15%, no máximo, dos trabalhadores existentes em cada estabelecimento, cujas funções demandem formação profissional. A lei sendo cumprida estima-se que haveria vagas para, pelo menos, 1 milhão de jovens entre 14 e 16 anos no mercado de trabalho brasileiro.

A fiscalização do Estado também deve agir no sentido de apurar a fiel aplicação da Lei nº 6.494, de 7 de dezembro de 1977, pois, em muitos casos, a ocupação com características de emprego é camuflada de estágio.

São jovens exercendo as mais variadas atividades nas empresas sem qualquer relação com a sua formação, desvirtuando o objetivo da lei que é de proporcionar experiência prática na linha de capacitação acadêmica do estagiário.



Outra causa importante do desemprego entre os jovens é a baixa escolaridade, pois quanto menor a escolaridade, maior a precariedade do trabalho oferecido aos jovens.

Assim, uma das principais soluções para o problema do desemprego juvenil, ao lado do crescimento econômico, é a retomada da qualidade do ensino público fundamental e médio, que realmente capacitará o jovem para sua inserção no mundo do trabalho.

ESTRATÉGIAS

36. Garantir a participação juvenil na elaboração das políticas públicas nas áreas de trabalho, emprego e renda;

37. Ampliar a permanência do jovem na escola, a fim de que ele possa cursar o ensino público regular até a conclusão de cursos de ensino médio, de educação superior ou de educação profissional;

38. Oferecer aos jovens programas de bolsa-trabalho, na qual as exigências pedagógicas relativas ao desenvolvimento social do beneficiário prevaleçam sobre o aspecto produtivo exigido;

39. Assegurar o acesso à qualificação profissional para juventude que se encontra no sistema carcerário, ou sob medida sócio-educativa, bem como, o desenvolvimento de políticas de inserção no mercado de trabalho, após o cumprimento da pena;

40. Incentivar a organização de cooperativas como fonte geradora de renda, através programas de formação em associativismo e cooperativismo;

41. Promover ações que visem à interiorização do turismo com base na economia solidária e sustentabilidade, aproveitando a mão-de-obra juvenil;

42. Desburocratizar e facilitar a constituição das cooperativas;

43. Fomentar, estimular e promover as redes de economia solidária, nas quais serão privilegiadas a participação coletiva, autogestão, democracia, igualitarismo, cooperação, auto-sustentação, promoção do desenvolvimento humano, responsabilidade social e preservação do equilíbrio dos ecossistemas;

44. Desburocratizar e facilitar a constituição das cooperativas juvenis através da mudança na legislação estadual.



- 45.** Garantir a formação profissional de jovens da zona rural, com gestão participativa dos atores sociais nela envolvidos, de forma a possibilitar a organização da produção no campo, na perspectiva do desenvolvimento sustentável e do acesso à cultura;
- 46.** Estimular o trabalho social remunerado no campo;
- 47.** Articular políticas de formação profissional como as voltadas ao primeiro emprego e à renda, estabelecendo cotas para negros, negras, indígenas, deficientes e mulheres;
- 48.** Disponibilizar cursos de formação profissional para os jovens deficientes;
- 49.** Diagnosticar diferentes experiências de profissionalização de jovens para expansão das iniciativas bem sucedidas e articulação das ações;
- 50.** *Acompanhar e monitorar os jovens que se beneficiam dos programas públicos de emprego e renda;*
- 51.** Desburocratizar o acesso aos microcréditos para jovens, mediante projeto ou plano de negócios;
- 52.** Priorizar uma formação profissional progressiva e contínua visando à formação integral do jovem quanto à escolaridade, à profissionalização e à cidadania, reconhecimento de potencialidades pessoais, culturais e artísticas e estímulo ao protagonismo juvenil de modo a garantir-lhe o efetivo ingresso no mundo do trabalho, nos mercados locais e regionais;
- 53.** Instituir fórum municipal sobre aprendizagem e formação profissional;
- 54.** Estabelecer mecanismos de controle social de recursos aplicados em formação profissional por meio de conselho municipal, utilizando seus respectivos fundos;
- 55.** Ampliar o envolvimento das empresas nas ações de formação profissional, visando à geração de oportunidades de trabalho aos jovens;
- 56.** *Discutir projeto de lei que garanta que as empresas beneficiadas com investimentos do Município invistam na capacitação dos jovens e admissões destes em seus quadros funcionais, implantando políticas públicas de qualificação vocacional na produção local e territorial, que atendam as demandas, inserindo os jovens no mercado de trabalho, dando-lhes condições de virem a ser futuros empreendedores;*
- 57.** Intensificar a fiscalização e a aplicação da Lei nº 6.494, de 7 de dezembro de 1977 (Lei do Estágio), a fim de evitar o uso abusivo, pelas empresas, das contratações de estagiários;



58. Ampliar o serviço voluntário nos termos da Lei nº 9.608, de 18 de fevereiro de 1998;
59. Apoiar adolescentes e jovens que cumprem medidas sócio-educativas, assim como os egressos da Fundação da Criança e do Adolescente (FUNDAC);
60. Fortalecer as redes de apoio para jovens e adolescentes em situação de vulnerabilidade e risco social;
61. Fortalecer programas de assistência social e saúde para jovens dependentes de álcool e outras drogas;
62. Promover programas de atenção a saúde sexual e reprodutiva de adolescentes e jovens;
63. Promover políticas afirmativas para segmentos da população jovem, especificamente: mulheres, afro-descendentes, indígenas, portadores de deficiências, rurais e GLBT.

3 - BEM-ESTAR JUVENIL

3.1- Promover a saúde integral do jovem

DIAGNÓSTICO

Os problemas de saúde do jovem de Altinho não são diferentes dos jovens no âmbito nacional, prevalecendo entre os mesmos fatores psicossociais, ligados à sexualidade, à violência e/ou abuso de drogas.

Segundo o Relatório do Desenvolvimento Juvenil 2007, da UNESCO, a saúde pode ser definida como um estado de completo bem estar físico, mental e social e não meramente a ausência de doença ou de enfermidade. Dado que a juventude é um segmento da população relativamente saudável, foi prestada pouca atenção à sua saúde (à exceção de questões reprodutivas). Mas quando a saúde da juventude se deteriora, freqüentemente é resultado ou efeito de acidentes, de ferimentos causados por conflitos armados, da violência, do abuso de substâncias nocivas, do HIV/AIDS ou da tuberculose. Os acidentes e os ferimentos são causas principais da morbidade, da mortalidade e da incapacitação da juventude.

A mortalidade entre os jovens não só aumentou como também mudou sua configuração, a partir do que se pode denominar como os "novos padrões de mortalidade juvenil".

Os acidentes de trânsito e os homicídios são os principais grupos de causas, passando de maneira alarmante, outros fatores de mortalidade.

Os padrões de morbidade entre os jovens são muito diferentes para os dois sexos. A maior causa de internações do sexo masculino, de 10 a 24 anos é devida a lesões em acidentes de trânsito, envenenamento e homicídios em conseqüências de causas externas. Já as mulheres da faixa etária de 15 a 29 são internadas em virtude de gravidez, parto e puerpério.

Gravidez na adolescência – A taxa de gravidez em mulheres adultas está caindo. Em 1940, a média de filhos por cada mulher era de 6. Essa média, calculada no ano de 2000 caiu para 2,3 filhos para cada mulher.

Porém, o mesmo não acontece com as adolescentes. Segundo os dados do IBGE, desde 1980 o número de adolescentes entre 15 e 19 anos grávidas aumentou 15%. Só para ter idéia do que isso significa, são cerca de 700 mil meninas se tornando mães a cada ano no Brasil. Desse total, 1,3% são partos realizados em garotas de 10 a 14 anos.

Abortos – São internadas, por dia, quase 150 adolescentes entre 10 e 19 anos em virtude de abortos provocados. Essa é a quinta maior causa de internação de jovens em unidades do Sistema Único de Saúde. Dois fatos preocupantes são as tendências de fazer abortos em estado adiantado de gravidez, quando os riscos são muito maiores, e a grande tendência de engravidar novamente.

AIDS – A AIDS em Pernambuco teve início em 1983, quando diagnosticado no Hospital das Clínicas o primeiro caso em um jovem, sexo masculino, 30 anos, e até 1986 foram notificados mais 25 casos, todos do sexo masculino. A partir de 1987 é que ocorreram os primeiros casos em mulheres e em menores de 13 anos. Nesses 26 anos da epidemia no Estado, as tendências de crescimento vêm sendo demonstradas no aumento das taxas de detecção. Nos anos 1983 a 1986, essas taxas eram inferiores a 0,25 casos a cada 100.000 habitantes e entre os anos de 2006 a 2008, essas taxas foram em média, 10 casos a cada 100.000 habitantes.

Até 09/11/2009 já foram notificados 13.103 casos de Aids (SINAN/SES) e muitas são as tendências observadas, destacando-se nos últimos anos a feminização, a heterossexualização e interiorização crescente. Apesar da Região Metropolitana do Recife ainda concentrar cerca de 78,1% dos casos de AIDS, a epidemia avança sensivelmente pelo interior. Hoje, dos 185 municípios de Pernambuco, 169 (91,4%) já tem pelo menos um caso notificado.



Segundo o Boletim Informativo – DST/AIDS – ano IX – nº 2 Dezembro 2009 do Programa Estadual de DST/AIDS – Pernambuco, 1983 – 2009, o município de Altinho apresenta 12 casos de AIDS (casos notificados).

No Fórum Nacional de Adolescentes Vivendo com o HIV, promovido, recentemente, pela UNICEF e pelo Programa Nacional de DST/AIDS, um relato bastante comum foi a discriminação e o preconceito no seio de suas próprias famílias e das escolas. Levantou-se a dificuldade da adesão ao tratamento da doença, especialmente para os que não apresentam sintomas. Uma das grandes reivindicações é adaptar serviços de atendimento específicos para os jovens, além da formação de grupos de adolescentes e o envolvimento de Assistentes Sociais, nutricionistas e psicólogos nas equipes de atendimento.

Foi salientada a necessidade de apoio às famílias, inclusive financeira, pois até o deslocamento para a unidade de saúde pode ser difícil. O incentivo à prática de esportes, que ajuda a reduzir os efeitos colaterais da medicação, também apareceu como uma reivindicação bastante presente:

Violência – cerca de 70% dos óbitos na faixa de 15 a 24 anos são resultantes de causas externas. Esses dados demonstram como a violência em todos os seus âmbitos tem penalizado a juventude. Segundo a pesquisa Mapa da Violência IV, com dados de 1993 a 2002, os homicídios entre jovens de 15 a 24 anos cresceram 88,6%, contra uma média geral de 62,3%. O estudo também apontava que negros eram as maiores vítimas. Na população entre 15 e 24 anos, a taxa de assassinatos de afro descendentes era de 68,4 mortos por 100 mil habitantes, 74% maior do que a média de brancos da mesma idade, de 39,3. Os altos índices de mortes por causas externas, para os jovens brancos, estão normalmente ligados ao trânsito, em decorrência do consumo de bebidas alcoólicas e da alta velocidade. Já em relação aos jovens negros, os homicídios por armas de fogo, com características flagrantes de crime de extermínio, é que predominam nos índices de mortes por causas externas.

A relação entre uso de drogas e acidentes ou situações de violência demonstra a exposição das pessoas a comportamentos de risco. Nos últimos oito anos, acidentes e violência são as primeiras causas de morte no grupo de 10 a 49 anos de idade:

Consumo de álcool – dados do DATASUS de 2001 mostram 84.467 internações para tratamento de problemas relacionados ao uso do álcool, em todas as faixas etárias. O custo estimado para o Sistema Único de Saúde foi de mais de 60 milhões de reais.

Uso de drogas – o número de internações em 2001 em virtude do uso de outras drogas que não o álcool foi quatro vezes menor daquelas devidas ao alcoolismo.



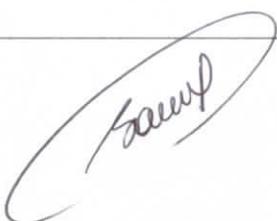
Pesquisa do Ministério da Saúde, em parceria com o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de rua, em junho de 2002, mostrou que as drogas mais utilizadas eram álcool, maconha e cola. Em seguida, em proporção muito menor, cocaína, crack e drogas injetáveis. Estima-se que exista cerca de 800.000 usuários de drogas injetáveis no País, a maioria jovem entre 18 e 30 anos de idade. O início do consumo de drogas injetáveis se dá por volta dos 16 anos. 85% destes usuários fazem uso de droga em grupo. A maioria não terminou o primeiro grau. As taxas de infecção são altas no grupo: hepatite C, 56,4% e HIV, 36,5%, sendo que 80% destes jovens já foram presos alguma vez e 23% já procuraram tratamento para dependência química. Uma questão relevante é o empobrecimento da população, que coloca o tráfico de drogas como opção atrativa de geração de renda e de oferta de proteção. Outro ponto importante a enfatizar é o reconhecimento do princípio de redução de danos como abordagem válida, sem impor a abstinência imediata e incentivando o usuário à mobilização.

Deve se ter em mente que os fatores de risco para o uso de álcool e outras drogas são características do indivíduo, seu grupo ou ambiente social incidem, no caso, além do consumo de álcool e outras drogas pelos pais ou família – além de isolamento social ou falta do elemento paterno, baixa auto-estima, falta de autocontrole e assertividade, comportamento anti-social precoce – doenças preexistentes como transtorno de déficit de atenção e hiperatividade e vulnerabilidade psicossocial, assim como fatores sociais como estruturas vulnerabilizantes (economia excludente) e falta de perspectivas e projetos relacionados com a coletividade. Ao mesmo tempo, o Ministério da Saúde ressalta como fatores de proteção “a existência de vinculação familiar, com o desenvolvimento de valores e o compartilhamento de tarefas no lar, bem como a troca de informações entre os membros da família sobre suas rotinas e práticas diárias, o cultivo de valores familiares; regras e rotinas domésticas também devem ser consideradas e viabilizadas por meio da intensificação do contato entre os componentes de cada núcleo familiar”.

O uso cada vez mais precoce e mais intenso de substâncias psicoativas, inclusive do álcool, é uma tendência observada em todo o mundo.

Muitos estudos apontam o crescimento do consumo de álcool entre os jovens. Dentre as chamadas “drogas lícitas”, o tabaco e o álcool são as mais consumidas em todo o mundo, e as que mais causam conseqüências e despesas para os sistemas de saúde de todo o mundo. Na rede pública de ensino, o uso de drogas psicotrópicas entre estudantes aumentou significativamente entre 1987 e 2006. O uso de solventes e de maconha é comum nas camadas mais pobres.

Um fato importante na pesquisa do Ministério da Saúde é que “em verdade, a escola é o ambiente em que boa parte (ou a maioria) destes fatores pode ser percebida”.



Uma política que merece ser considerada é a de redução dos danos causados, na perspectiva de minimizar os efeitos nocivos diretos ou indiretos do uso de drogas.

ESTRATÉGIAS

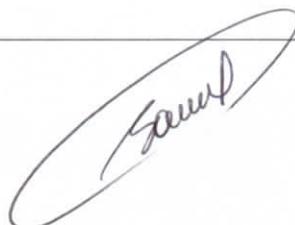
- 64.** Garantir a participação juvenil na elaboração das políticas públicas na área de saúde;
- 65.** Criar espaços específicos para atendimento dos jovens nas unidades de saúde e atendimento em horários compatíveis com o trabalho e a escola;
- 66.** Enfatizar o trabalho conjunto com a escola e com a família para a prevenção da maioria dos agravos à saúde dos jovens;
- 67.** Exigir a destinação adequada de recursos para subsidiar ações de saúde voltadas à população jovem;
- 68.** Ampliar programas de saúde reprodutiva e prevenção da gravidez precoce;
- 69.** Capacitar os profissionais de saúde, em uma perspectiva multiprofissional, para lidar com o uso e abuso de substâncias entorpecentes e drogas;
- 70.** Estimular os professores e profissionais de saúde a identificar a ingestão abusiva e a dependência de álcool, em vez de diagnosticarem apenas as doenças clínicas decorrentes, que são de ocorrência tardia;
- 71.** Valorizar as parcerias com as instituições religiosas, associações, organizações não governamentais na abordagem das questões de sexualidade e uso de substâncias entorpecentes e drogas entre os jovens;
- 72.** Considerar a veiculação de campanhas educativas e de contrapropaganda a respeito do álcool como droga e como problema de saúde pública;
- 73.** Articular as instâncias de saúde e justiça no enfrentamento das questões de drogas;
- 74.** Estimular estratégias de profissionalização, de apoio à família e de inserção social dos usuários de drogas;
- 75.** Adotar, especialmente no ambiente escolar, medidas mais efetivas contra o comércio de drogas como uma das formas de enfrentamento à violência e de proteção aos jovens;
- 76.** Desenvolver projetos que valorizem a cultura da periferia, onde os jovens são mais vulneráveis à criminalidade e ao tráfico;

77. Instituir programas públicos que beneficiem os jovens infratores em sua recuperação;
78. Implementar um serviço público de informação por telefone que possibilite aos jovens se informarem sobre saúde, sexualidade e dependência química;
79. Garantir que o jovem não seja exposto a substâncias e produtos tóxicos que possam causar danos à sua saúde, a curto, médio e longos prazos;
80. Conscientizar o jovem sobre sua sexualidade;
81. Criar programas que ampare os jovens, vítimas de abuso, violência e exploração sexual.
82. Fomentar a cultura de paz e não violência por meio de empoderamento juvenil, participação e esporte;
83. Promover programas de prevenção de violência baseada no gênero e na orientação sexual;
84. Promover programas de prevenção de violência baseada na discriminação racial;
85. Diminuir a violência nas escolas e a violência de rua;
86. Apoiar o diálogo e desenvolver soluções para os conflitos geracionais e pela terra;
87. Prover serviços de assistência aos jovens vulneráveis e expostos à violência e ao crime;
88. Fortalecer o desenvolvimento de políticas integradas e descentralizadas de segurança pública com cidadania.

3.2 - Incentivar o desporto, oportunizar o lazer e preservar o meio ambiente ecologicamente equilibrado

DIAGNÓSTICO

O acesso ao esporte de participação ou lazer é uma reivindicação muito presente por larga parcela da Juventude, na medida em que sua oferta tem um efeito direto sobre a diminuição da criminalidade.



Com relação ao esporte educacional, há necessidade de uma abordagem pedagógica, nos termos dos parâmetros curriculares nacionais para a Educação Física, definidos pelo Ministério da Educação. Há ainda a exigência de criação e melhoria de infra-estrutura esportiva das escolas.

Segundo dados do Ministério do Esporte, a média nacional é de uma quadra para 5,24 escolas públicas.

A prática do esporte cria círculo virtuoso, onde a reprovação e a evasão diminuem e o desempenho aumenta, por parte dos alunos que se iniciam nas atividades esportivas.

A atividade esportiva é disciplinada pela Lei nº. 9.615, de 24 de março de 1998, conhecida como Lei Pelé. Esse diploma reafirma a condição do esporte de direito social, caracterizado pelo dever do Estado em fomentar práticas desportivas formais e não formais (art.2º, V). São consideradas manifestações desportivas:

Desporto educacional – praticado nos sistemas de ensino e em formas assistemáticas de educação, evitando-se a seletividade e a hipercompetitividade de seus praticantes. Sua finalidade é alcançar o desenvolvimento integral do indivíduo e a sua formação para o exercício da cidadania e a prática do lazer;

Desporto de participação (e lazer) – praticado de modo voluntário, compreendendo as modalidades desportivas praticadas com a finalidade de contribuir para a integração dos praticantes na plenitude da vida social, na promoção da saúde e educação e na preservação do meio ambiente;

Desporto de rendimento – praticado segundo normas gerais da Lei Pelé e regras de prática desportiva, nacionais e internacionais, com a finalidade de obter resultados e integrar pessoas e comunidades do País e essas com outras nações.

O art. 29, §7º, V da referida lei (com redação dada pela Lei nº. 10.672, de 15 de maio de 2003), exige que a entidade formadora, para fazer “jus” ao ressarcimento dos custos de formação, ajuste o tempo destinado à formação dos atletas aos horários do currículo escolar ou de curso profissionalizante, exigindo o satisfatório aproveitamento escolar.

Aos menores de 16 anos é vedada a prática do profissionalismo (art. 44, III). O atleta não profissional em formação, maior de 14 e menor de 20 anos (art. 29, 4º), poderão receber auxílio financeiro sob a forma de bolsa de aprendizagem, sem vínculo empregatício.



A Lei nº. 10.264, de 16 de julho de 2001, conhecida como Lei Agnelo/Piva, inseriu dispositivo na Lei Pelé, destinando para o esporte 2% da arrecadação bruta dos concursos de prognósticos, loterias federais e similares.

Desses recursos, gerenciados pelos Comitês Olímpicos (COB) (85%) e Paraolímpicos (CPB) (15%), sob a fiscalização do Tribunal de Contas da União (TCU), são subvinculados 10% ao esporte escolar e 5% ao esporte universitário (art. 56, §2º) considerando as projeções feitas para o exercício de 2003 (47,4 milhões para o COB e 8,4 milhões para o CPB), ao esporte escolar seriam destinados cerca de 5,58 milhões e ao universitário, cerca de 2,79 milhões de reais.

Essa lei prevê que os sistemas de ensino de todas as esferas, assim como as instituições de ensino superior, definam normas específicas para verificação do rendimento e o controle de frequência dos estudantes que integrarem representação desportiva nacional, de forma a harmonizar a atividade desportiva com os interesses relacionados ao aproveitamento e à promoção escolar. A Lei Agnelo Piva deve se compatibilizar com o art. 24, VI da LDB, ou seja, continua valendo a exigência de frequência mínima de 75% do total de horas letivas para a aprovação.

ESTRATÉGIAS

- 89.** Garantir a participação juvenil na elaboração das políticas públicas na área do desporto, do lazer e do meio ambiente ecologicamente equilibrado;
- 90.** Adotar lei de incentivo fiscal para o esporte;
- 91.** Garantir que em cada escola com duzentos alunos, ou conjunto de escolas que agreguem esse número de alunos, seja construída uma quadra poliesportiva, que poderá ser utilizada, gratuitamente, pela comunidade nos fins-de-semana;
- 92.** Instituir novas modalidades de prática desportiva nas escolas, como basquete, vôlei, handball, danças, lutas, jogos, recreação, natação; e elaborar programas para esportes não convencionais, como: patins, skate, rapel, mountain-bike;
- 93.** Fomentar a aquisição de equipamentos comunitários para a prática de esportes não-convencionais e outras atividades de lazer e similares;
- 94.** Criar áreas de lazer nas praças públicas, que possibilitem a realização de gincanas promovidas pelos próprios moradores da comunidade, com subsídios públicos;

95. Dinamizar a prática da educação física, por meio da qualificação dos professores, diversificando as modalidades esportivas, e incentivar o esporte na escola rural;
96. Propor programas que intensifiquem as relações sócio-ambientais e proporcionem melhor qualidade de vida a todos os jovens, em um ambiente natural ecologicamente equilibrado e socialmente sadio;
97. Fomentar a constituição de organizações não-governamentais que atuem na interconexão entre juventude e meio ambiente;
98. Expandir a inclusão e a criação dos Conselhos Jovens de Meio Ambiente;
99. Estimular a geração de projetos de Agenda 21 Jovem e proporcionar aos jovens educação ambiental, com ênfase no manejo agrícola;
100. Promover o reaproveitamento das águas e a reciclagem do lixo, com o objetivo de gerar emprego e renda.

4 – Fortalecer a Participação Autônoma e Promover a Cidadania Ativa

4.1 Política e participação

DIAGNÓSTICO

Hoje ser cidadão é poder conviver democraticamente em uma sociedade que garanta melhores condições de realização pessoal e coletiva com base nas conquistas alcançadas pela humanidade, sendo-lhe garantindo o acesso à educação, à saúde, ao lazer, aos bens culturais, ao convívio a um meio ambiente ecologicamente equilibrado. Cidadania ativa ou ter condições de participar e de sentir se parte de um projeto de nação é também construção importante em se tratando de juventude. Cabe principalmente no conceito de cidadania o respeito ao outro, quanto às suas escolhas e singularidades, seu credo, sua condição e orientação sexual, política e filosófica e o conhecer seus direitos para que possa reivindicar, junto a agências estatais e da sociedade civil, tais direitos.

Na obra Juventude e Cidadania, de Ferreira e Avelato (2000) vê-se que foi a partir de 1984, no movimento por eleições diretas que o tema cidadania ganhou maior relevância nas discussões da sociedade civil. Naquele momento, era o direito à participação política que se sobressaia. Mas, as discussões tomaram outras dimensões e os direitos dos idosos, dos negros, dos homossexuais, das mulheres, dos portadores de deficiência, das crianças começaram a ser consolidados. O reconhecimento das identidades coletivas, o direito dos grupos de verem admitidas socialmente suas especificidades, o direito à



diferença sem as distorções de segregação e exclusão passou a se chamar: pleno exercício da cidadania.

No caso da juventude, os mesmos têm a sua cidadania limitada por faixas etárias – para votar, casar, abrir negócios assumir cargos públicos, prestar contas à justiça etc. – mas devem ter seus direitos humanos garantidos.

Direitos que devem garantir uma vida digna. A Juventude altinense, nunca foi enxergada como sujeito de direitos, mas apenas pela lógica da tutela e da problemática juvenil.

Segundo a professora e pesquisadora Mary Castro não podemos pensar na juventude apenas pela lógica do investimento prevendo o desenvolvimento econômico e a visão de mercado sobre os mesmos. Pois os jovens têm o direito a tratamento diferencial para que possam melhor equacionar educação/lazer-esporte/ formar-se / iniciação sexual sem reprodução de estereótipos / exercer pensamento / ação crítico – criativa que colabore em avanços civilizatórios, o que não necessariamente se enquadra na lógica de mercado.

A juventude deve ter o direito a uma cidadania plena e ativa, com condições de desmistificar estereótipos e visões carregadas de intencionalidade, com o reconhecimento de seus direitos para um desenvolvimento pleno e integral.

ESTRATÉGIAS

101. Garantir a participação juvenil na elaboração e acompanhamento das políticas públicas em nível municipal, promovendo seminários, fóruns e debates contemplando a diversidade juvenil;

102. Disponibilizar espaços gratuitos nos meios de comunicação abertos e fechados (TV, rádios, jornais, internet etc.) e aproveitar os já existentes, para divulgar as políticas públicas e os direitos dos jovens, onde poderão expressar as suas idéias. As organizações, associações sob a responsabilidade dos órgãos públicos de juventude, também constituirão espaços de discussão dos interesses dos jovens;

103. Assegurar o respeito à livre manifestação de crença e culto religioso e garantir que nas escolas onde a disciplina de ensino religioso seja lecionada, que sejam abordados os princípios de todas as religiões, sem hierarquia de valores quanto à multiculturalidade das religiões brasileiras;

104. Valorizar e construir uma cultura de paz em toda a sociedade de forma a superar qualquer preconceito e/ou discriminação, educando a sociedade como um todo;

- 105.** Promover e garantir a participação efetiva do jovem nos espaços de discussão e deliberações comunitárias e públicas (PPA, LDO, LOAS, Orçamento Participativo, Plano Diretor, etc.);
- 106.** Privilegiar programas que entendam e atendam o jovem como membro de um grupo social básico (família) e não como indivíduo isolado, provocando diálogo jovem – família e a reflexão, respeitando as diferentes configurações de relacionamento e estrutura familiar;
- 107.** Garantir a criação de Conselhos Municipais de Juventude, como órgãos consultivos e normativos, cujos membros deverão ser eleitos em fóruns específicos de juventude;
- 108.** Assegurar que o Governo Municipal e o Conselho Municipal promovam formação continuada dos membros/conselheiros(as) que atuam nos conselhos de juventude, em todos os níveis;
- 109.** Descentralizar as políticas públicas de juventude entre os entes governamentais e a sociedade em geral, incentivando-se a solidariedade local;
- 110.** Criação do Fórum Permanente da Juventude, Diversidade e Cultura;
- 111.** Estimular a vida gremial e de entidades estudantis e fazer nexos entre essas e outras entidades juvenis e a vida pública pela participação de jovens no plano das instituições de município (exemplo Parlamento Jovem).
- 112.** Promover a cidadania ativa e fortalecer os canais de diálogo e participação dos jovens;
- 113.** Apoiar os processos de organização e formação de redes, promovendo o associativismo juvenil em todos os níveis;
- 114.** Estimular o voluntariado juvenil;
- 115.** Promover e fortalecer espaços de formação.

4.2- Engajamento e organização juvenil

DIAGNÓSTICO

O termo protagonismo é formado por duas raízes gregas: proto, que significa "o primeiro, o principal" e agon, que significa "luta". Agonistes, por sua vez, significa "lutador". Protagonista quer dizer, então, lutador principal, personagem principal. Portanto

protagonismo juvenil significa que o jovem tem que ser o ator principal em todas as etapas das propostas a serem construídas em seu favor. Mas há que cuidar para que protagonismo juvenil não seja entendido como deixar os jovens por si, sem recursos, informações e condições político, econômico e culturais que o/a permitam o exercício de tal protagonismo. As relações inter-geracionais, considerando a importância da aprendizagem se exercida em bases de respeito mútuo são profícuas para o exercício de um protagonismo qualificado por condições para exercê-lo.

Ser reconhecido como ator social estratégico, principalmente de mudança, implica a *integração social, a participação, a capacitação e a transferência de poder para os jovens* como indivíduos e para as organizações juvenis, de modo que tenham a oportunidade de tomar decisões que afetam as suas vidas e o seu bem-estar. Significa passar das tradicionais políticas destinadas à juventude, isto é, políticas concebidas pelos governos direcionadas ao jovem, para as políticas concebidas e elaboradas com a participação direta ou indireta dos jovens, por meio de estruturas jurídicas reconhecidas pelo Poder Público, como conselhos e coordenadorias da juventude, afirma Barrientos-Parra.

No Brasil, as organizações juvenis têm uma forte tradição, sejam elas culturais, estudantis, partidárias, religiosas ou esportivas. A maioria desses movimentos conta com articulações e entidades de caráter nacional, com representações nos estados, municípios e no Distrito Federal.

Estimular a participação coletiva das entidades juvenis organizadas nas decisões de governo é fundamental para a efetivação de políticas públicas em sintonia com as necessidades da maioria dos jovens.

Em Altinho podemos citar diversas experiências de mobilização e participação de jovens que têm orientado e ajudado nas ações de governos.

Entre essas experiências, podemos destacar os coletivos comunitários e regionais de jovens; os coletivos de jovens pelo meio ambiente; as experiências de organização e mobilização de jovens rurais; as pastorais de juventude e demais expressões religiosas da juventude; as organizações estudantis; as juventudes partidárias. Essas entidades e articulações juvenis têm demonstrado que o incentivo criado para aumentar a participação da juventude tem representado um investimento no desenvolvimento social, político e cultural de nosso município.

ESTRATÉGIAS

116. Garantir e propiciar a formação dos jovens nos mais diversos espaços de discussão, deliberação, monitoramento e avaliação de políticas públicas, principalmente no que concerne à juventude;

117. Colaborar com o processo de conscientização da juventude por meio da informação sobre políticas públicas de Juventude – PPJ (a escola como fonte de formação de protagonistas juvenis);
118. Diagnosticar e fiscalizar esses espaços para torná-los efetivos;
119. Agregar jovens aos espaços por meio da linguagem simples e específica do local;
120. Abrir a escola nos finais de semana para que a juventude possa usufruir do espaço para a realização de atividades;
121. Potencializar as habilidades juvenis nas escolas como forma de criar mecanismos de participação ativa;
122. *Contextualizar a metodologia, respeitando as especificidades regionais;*
123. Garantir que a Conferência Municipal de Políticas Públicas de Juventude ocorra periodicamente e que sua realização esteja prevista no orçamento municipal;
124. Garantir no orçamento rubrica específica para o conselho de juventude e que este integre as políticas do município;
125. Assegurar a implantação e funcionamento de entidades estudantis por intermédio do conselho de juventude;
126. Comprometer a direção das instituições de ensino a facilitar a criação de entidades de representações estudantil, bem como disponibilizar o espaço para a sua sede;

5 – APOIO A CRIATIVIDADE JUVENIL

5.1- Apoiar a Livre Expressão, pelo fomento e difusão da Cultura Juvenil

DIAGNÓSTICO

A questão da Cultura, combinada ao binômio Educação e Trabalho, desponta como pauta fundamental para a elaboração de políticas públicas de juventude. A cultura não é só diversão: é também um direito de todos, como assegura a Constituição brasileira.

- 130.** Trabalhar a arte como grande propulsora da criação social;
- 131.** Promover o acesso a políticas culturais que compreendam inclusive um programa de formação de platéia e a criação de espaços públicos para produção cultural dos jovens, criando espaços para a inclusão social de todos os segmentos juvenis nesses projetos;
- 132.** Criar espaços para manifestação cultural e artística da juventude com estrutura para eventos, teatro, oficinas, palestras, dança, artesanato e espetáculos em geral, buscando descentralização territorial a fim de que bairros periféricos contem com equipamentos culturais como cinemas, teatros, bibliotecas e praças desportivas, entre outros;
- 133.** Desenvolver programas de apoio a criatividade e expressão cultural de jovens;
- 134.** Melhorar e ampliar os ambientes e entornos juvenis favoráveis ao desenvolvimento da juventude;
- 135.** Apoiar a produção cultural juvenil;
- 136.** Promover e apoiar a produção científica e tecnológica de jovens;
- 137.** Incentivar a utilização das tecnologias de informação e comunicação entre a juventude;
- 138.** Ampliar oportunidades de uso criativo e prazeroso do tempo livre;
- 139.** Incentivar a prática de Esporte e lazer.

6.2- Desenvolvimento tecnológico e comunicação

DIAGNÓSTICO

Vivemos uma época de revolução na concepção social da informação que muitos já chamam de era da informação, de profunda transformação nos processos produtivos e na oferta de serviços, marcada pela utilização de novas tecnologias, pelo acesso à rede mundial de computadores, pela educação à distância, pela mecanização e informatização, substituindo o trabalho humano.

Calcula-se que não chega a 10% a parcela da população brasileira com acesso à Internet e, em sua grande maioria, as conexões são feitas via banda estreita, o que corresponde a cerca de 17 milhões de pessoas.

Assim, a maioria do povo e dos jovens brasileiros encontra-se à margem das informações disponíveis e desconectadas com grande parte do País e do mundo. O Ministério das Comunicações disponibilizou 3.200 pontos de recepção para computadores, via banda larga, por antenas satélite alojadas em 2.800 escolas em regiões isoladas, áreas de fronteira e comunidades indígenas.

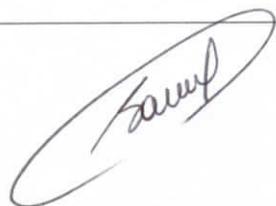
A média nacional de inclusão digital é de apenas 8,2%, Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Nas comunidades em que foram implantados programas de inclusão digital, o rendimento escolar de crianças e de jovens aumentou.

Paulo Itacarambi (2004) afirma que a inclusão digital não pode limitar-se ao acesso ao computador. Ela precisa constituir-se como um processo consciente de apropriação de tecnologia, que torne o indivíduo autônomo, capaz de decidir criticamente a melhor maneira de utilizá-la.

Educação e habilidade no uso das tecnologias asseguram o direito de se comunicar e de expressar suas idéias, de trocar e obter informações, inclusive dos poderes governamentais.

ESTRATÉGIAS

- 140.** Garantir a participação juvenil na elaboração das políticas públicas na área de Ciência, Tecnologia, Informação e Inovação;
- 141.** Garantir a inclusão digital, instalando computadores nas escolas públicas de ensino fundamental e médio, conectando-os à Rede Mundial de Computadores;
- 142.** Instalar laboratórios de informática nos centros comunitários, focando na capacitação;
- 143.** Disponibilizar horários para a juventude nos programas de rádio;
- 144.** Criar, apoiar, legalizar e instalar as rádios comunitárias e rádios livres nas escolas públicas;
- 145.** Garantir a acessibilidade na comunicação, em todos os seus níveis e meios, por intermédios de língua de sinais brasileiras (libras), sistema braile, letras ampliada, meio digital e outros elementos necessários;
- 146.** Garantir tecnologias voltadas ao atendimento de suas especificidades dos jovens com deficiência;



147. Apoiar as iniciativas de inclusão dos jovens que moram na zona rural e as comunidades tradicionais, focar os instrumentos tecnológicos como ferramentas a favor da produção de conhecimentos.

6 – ASSEGURAR DIREITOS E RECONHER AS DIVERSIDADES

Altinho tem uma população de 22.131 de habitantes, a população jovem (entre 15 e 29 anos) constitui quase 26% do total. No total de jovens altinense, a população rural constitui 52,5% do total; o percentual de pessoas do sexo feminino é de 48,5%; a de pretos e pardos (ou negros) soma 58,4% do total; a população indígena, 0,16% do total. O número de homossexuais não foi objeto de pesquisa no Censo 2000, mas esse grupo pode ser estimado em 10% da população, segundo informou o representante da Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Transgêneros (ABGLT).

Esses dados, somados aos números da violência, da renda e do perfil do mercado de trabalho no município, mostram que o quadro da exclusão em Altinho está muito presente em uma faixa etária, a jovem. Mas essa exclusão é de natureza multidimensional. Jovens negros e negras, mulheres, índios, jovens deficientes, GLBTT e jovens rurais têm, no seio de uma juventude, já tão sem perspectivas, uma condição ainda mais grave.

6.1- Jovens Negros e Negras

DIAGNÓSTICO

Altinho tem uma população de 11.620 pessoas que se declaram pardas e 1.329 negras com um percentual de apenas 6% de negros(as) e 52,5% de pardos(as). Essa população, segundo diversos estudos sociais e estatísticos, apresenta os piores índices de condições de vida, de acesso aos bens culturais, maior desemprego, piores índices educacionais em todos os níveis de ensino e os altos índices de marginalização social, econômica e política, mantidas por um legado histórico do racismo e da discriminação racial ainda predominante na sociedade brasileira. A palavra *negro* aqui significa a somatória daqueles que pelo IBGE são classificados como pardo e preto.

A juventude negra é pelos dados de que se dispõe, aquela que mais atenção deveria merecer das políticas públicas. Os jovens negros entre 15 e 18 anos, nas áreas metropolitanas brasileiras, têm taxa de desemprego superior à média para a população adulta total (8%), com uma variação entre 17% e 23%. Na faixa etária entre 14 e 15 anos, malgrado uma significativa elevação da taxa de ocupação dos jovens brancos (16,8%), a taxa de participação de negros permanece superior (20,8%). A retração geral no índice de emprego (2003) afetou em maior proporção a juventude negra. O desemprego, então, atingia 34% dos jovens negros ante 28% dos jovens brancos.

Muitas pesquisas evidenciam que a juventude negra encara com mais dificuldades que os brancos essa fase da vida porque convive com a discriminação no seu dia-a-dia, principalmente na educação e no mundo do trabalho, apontando para uma realidade na qual a discriminação racial, a desigualdade socioeconômica e a falta de acesso ao lazer, entre outros aspectos, afetam diretamente a vida dos/das jovens negros e negras.

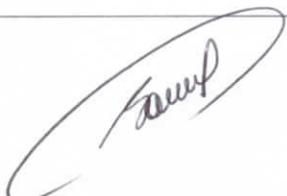
Os(as) jovens negros(as) são as principais vítimas da violência urbana e os dados referentes ao homicídio são alarmantes. A cada 100 mil jovens, 39,3 brancos (as) morrem por homicídio, entre os jovens negros (as) o número é de 68,4 por 100 mil; diferença de 74%. Na faixa etária de 0 a 18 anos a taxa é de 9,15 homicídios por 100 mil. O que significa que cerca de 20 crianças e adolescentes negros(as) são assassinados por dia no País.

O assassinato de negros(as) é 70% maior em relação ao de brancos(as). As informações da Síntese dos Indicadores Sociais 2003, do IBGE, revelam que há quase duas mortes de negros(as) para cada homicídio praticado contra brancos(as), entre 15 e 18 anos, demonstrando que o alvo preferencial do genocídio é a juventude negra. O preconceito se constitui como principal elemento de produção de vulnerabilidades, a conjugação perversa de diversos fatores, tais como racismo, pobreza, discriminação institucional e impunidade, contribui para a falência do sistema de segurança e justiça em relação à população negra.

As operações militares nos territórios pobres e de maioria negra, sob a justificativa de *combate ao crime organizado e ao tráfico de drogas*, em sua maioria ocorrem de maneira equivocada e ilegal, produzindo um número cada vez mais elevado de mortalidade e morbidade de policiais e de civis. Em outra ponta, o sistema educacional, estadual e nacional, ainda não aborda de maneira satisfatória as contribuições da população negra no processo de civilização do povo brasileiro e na construção social e cultura desse país. Ao revés, expõem o negro como ser nocivo, sem história, inferior e descartável, abrindo portas para a banalização do extermínio. Para completar este inaceitável quadro, a atuação dos meios de comunicação viola direitos e contribui para a difusão de estereótipos que justificam a política de confronto, matança e a criminalização de territórios pobres e majoritariamente habitado pela população negra, a exemplo do que acontece nas delegacias e unidades prisionais.

Todavia, para além da urgentíssima necessidade de interrompimento do extermínio da juventude negra, a atenção da sociedade não pode se encerrar por aí. O que observamos em relação à juventude é a sua invisibilidade e a não implementação de programas eficientes na área de saúde, educação, esporte, lazer, cultura, ciência e tecnologia que levem em consideração as especificidades da juventude.

ESTRATÉGIAS



148. Garantir a participação dos(as) jovens negros(as) na elaboração das políticas públicas;
149. Resgatar, valorizar e reconhecer a religião afrobrasileira, e incentivar eventos musicais que resgatem a cultura de resistência afrodescendente;
150. Estimular as empresas públicas e privadas para que adotem medidas de promoção da igualdade racial, observando o critério da diversidade racial e cultural.
151. Estimular a iniciativa privada para adoção de ações afirmativas;
152. Implantar e cumprir a Lei 11.645 que estabelece o ensino de História da África nos currículos escolares;
153. Melhorar a qualidade de vida dos jovens das comunidades tradicionais, facilitando o acesso às novas tecnologias, acesso a crédito para desenvolvimento de suas comunidades;
154. Cumprimento dos acordos internacionais pela eliminação do racismo, sexismo e pela promoção da igualdade racial, com ênfase na juventude negra e quilombola;
155. Punir os crimes de intolerância religiosa;
156. Capacitação dos gestores e servidores públicos municipais para operar as políticas públicas de juventude na área da promoção da igualdade racial e de gênero;
157. Acompanhamento a Saúde para as vítimas da violência policial, seguindo o princípio da integralidade preconizada pelo SUS (equidade, integralidade, etc.), garantindo a assistência e reparação material para as famílias dos jovens vítimas da violência;
158. Enfrentamento à intolerância religiosa nos espaços escolares e do trabalho;

6.2- Jovens Indígenas

DIAGNÓSTICO

Os índios enfrentam toda sorte de dificuldades, passando pela fome, por falta de acesso aos serviços de saúde, pela falta de perspectivas que leva a um alto índice de suicídios e alcoolismo entre indígenas, pela carência de condições de ensino, pelo desrespeito à sua cultura, e, fundamentalmente pelo preconceito.

O Censo Demográfico/2000, do IBGE somou na faixa de quinze a vinte e nove anos no Brasil, uma população de 202.579 jovens índios, sendo que destes 52% encontram-se na



zona urbana. Na população juvenil, os homens são 101.401 e as mulheres, 101.177. No município de Altinho segundo censo do IBGE 2000 existe 09 índios e se encontram na faixa etária de 20 a 24 anos.

(FUNAI) e Fundação Nacional de Saúde (FUNASA) concluiu pela criação de escolas de ensino médio que atuem como instituições formadoras de opinião e promotoras de pesquisa. O ensino deve ser bilíngüe e intercultural, com um currículo que fortaleça as identidades étnicas, respeitando os valores culturais, políticos e ideológicos, o interesse e as expectativas da cada povo.

Os povos: Arikosé, Pankararú, Atikum, Pataxó, Botocudo, Kaimbé, Tupinambá, Kantaruré, Xucuru-Karirí e etc. Vivem em condições de grandes dificuldades, passando fome, com pouco ou quase nenhum acesso serviços públicos como saúde, educação, habitação e ou saneamento básico.

Por falta de perspectiva e da terra os índices de suicídio e alcoolismo tornaram-se bastante elevados, isso é o que mostra alguns levantamentos, feito por alguns especialistas e admiradores da causa indígena.

Existem poucos dados oficiais do Governo. Esse é a situação dos que já foram os primeiros habitantes do Brasil e hoje beiram a marginalidade sem ter onde morar, trabalhar, nem estudar e ainda vivem discriminados pelos diversos setores da sociedade.

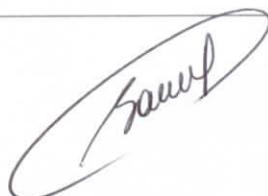
Os números foram recolhidos nacionalmente numa pesquisa feita pelo UNICEF e o IBGE, os mais afetados são as crianças e adolescentes.

Segundo a pesquisa vivem no Brasil 286.686 crianças e adolescentes indígenas, cerca de 45% desses meninos e meninas estão em situação de pobreza e metade deles não tem acesso à água potável. Cerca de 21% dos meninos e meninas indígenas entre 7 e 14 anos não tem garantia de educação, 15% com idade entre 10 e 15 anos são analfabetos e 71,4% das crianças indígenas vivem em família que tem uma renda *per capita* de até meio salário mínimo por mês.

Outro grande problema das comunidades indígenas é a demarcação de terras. O julgamento imediato da ação de nulidade de títulos de terras é uma das providências a serem adotadas pelos poderes públicos no sentido de garantir a permanência das comunidades e da sua cultura nos seus territórios.

ESTRATÉGIAS

159. Garantir a participação dos(as) jovens indígenas na elaboração das políticas públicas;



160. Assegurar o direito dos jovens índios quanto à educação e à conservação de sua cultura, ampliando a oferta da Educação Escolar Indígena nas Aldeias;

161. Incentivar formas associativas de trabalhos artesanais indígenas;

162. Oferecer cursos profissionalizantes que permitam o desenvolvimento sustentável das comunidades, em áreas de saúde e meio ambiente;

163. Melhoria no atendimento da saúde indígena, garantia da saúde preventiva nas comunidades e discussão de um sistema de saúde indígena que realmente atenda às especificidades dos povos;

164. Realização de oficinas e seminários para capacitação dos jovens em políticas públicas;

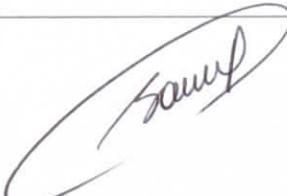
6.3 Jovem Rural

DIAGNÓSTICO

De acordo com o Censo Demográfico de 2000, 20% da população brasileira tinha entre 14 e 24 anos, totalizando 35 milhões de jovens, em proporção igual de homens e mulheres. Deste total, 50% são considerados brancos, 48% negros e 2% compõem outras etnias. Destes 35 milhões de jovens, 18% residem no meio rural (ou seja, mais de 6 milhões de jovens), 31% nas regiões metropolitanas e 52% em áreas urbanas.

Altinho segundo censo do IBGE 2000 tem uma população de 22.131, onde 12.054 pessoas vivem na área rural que corresponde a um percentual de 54,47% e 10.077 vivem na área urbana percentual 45,53%. Ações de incentivo à agricultura familiar, com o foco na insegurança alimentar e nutricional são fundamentais para o alcance do desenvolvimento socioeconômico, ou seja, incorporar grupos populacionais menos favorecidos à dinâmica produtiva, promovendo ao mesmo tempo o adensamento da matriz econômica e o crescimento dos mercados locais.

Infelizmente a maioria dos projetos de combate à pobreza rural não visavam o jovem como um segmento estratégico em suas intervenções. Desconsiderar os jovens nessas estratégias no combate à pobreza é assumir uma visão estática sobre ela. Nesse sentido para termos uma visão mais dinâmica consideraria que um dos fatores que predispõem as pessoas à situação de pobreza seria as carências quanto a oportunidades de escolaridade e a geração de sua autonomia através da geração de renda.



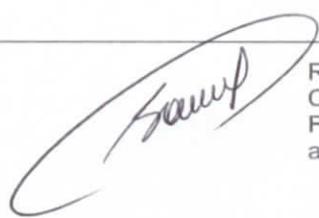
A agricultura familiar, não obstante a crise que a afeta em algumas regiões do país, caminha numa perspectiva que garante a ela exercer um duplo papel social, se destaca enquanto a principal fonte de emprego e no campo (principalmente para os jovens agricultores) e como responsável por garantir o mínimo necessário à sobrevivência das famílias com a produção de alimentos para o auto-consumo.

Outro fator importante para além da formação de jovens rurais para a produção e permanência no campo é a identidade desse jovem rural, num campo que é cada vez mais influenciado por valores urbanos e que tem ganhado “novos” contextos com o avanço das novas tecnologias.

O certo é que é necessário entendermos as demandas do jovem rural de forma universal e específica, garantido aos mesmos direitos e oportunidades para pensar e refletir sobre sua realidade e dando condições de traçar perspectivas inovadoras e positivas quanto ao seu futuro.

ESTRATÉGIAS

- 165.** Garantir a participação do(a) jovem rural na elaboração das políticas públicas;
- 166.** Disseminar programas de capacitação e formação profissional na área rural;
- 167.** Garantir ao jovem agricultor(a) o direito à terra;
- 168.** Garantir financiamento para produção agrícola;
- 169.** Investir em infra-estrutura e tecnologia nas escolas rurais, com o intuito de diminuir o êxodo rural;
- 170.** Propiciar o acesso aos cursos de educação à distância;
- 171.** Implantar programas de estímulo à agro ecologia e à produção orgânica;
- 172.** Valorizar a agricultura familiar, tendo em vista, que esse é o principal agente gerador de alimentos, de emprego e de renda no campo;
- 173.** Buscar capacitar à juventude rural em organização da produção;
- 174.** Realizar cursos para produção e comercialização destinados aos jovens;
- 175.** Construir Escolas Técnicas Agrícolas, para a juventude, nas zonas rurais;
- 176.** Implantar projetos agrícolas, principalmente a fruticultura, no meio agropecuário.



6.4 - Jovens Deficientes

DIAGNÓSTICO

A universalidade, indivisibilidade, interdependência e inter relação de todos os direitos humanos e todas as liberdades fundamentais e reconhecendo que a deficiência constitui um conceito complexo e que a deficiência resulta da interação entre as pessoas com limitações e as barreiras sociais e ambientais que impedem a sua plena e efetiva participação na sociedade em igualdade com todos os cidadãos, é necessária uma política que assegure a juventude deficiente sua plena fruição sem discriminação e a que elabore estratégias relevantes ao desenvolvimento sustentável.

As pessoas portadoras de deficiência sejam auditiva, visual, motora ou mental, é um retrato da dificuldade da sociedade brasileira em traduzir leis em exercício pleno de direitos. São cerca de vinte e quatro milhões de cidadãos esperando por políticas públicas capazes de resgatá-los da pobreza e do abandono.

O Censo Demográfico/2000, do IBGE computou 3.605.183 jovens com pelo menos, uma deficiência investigada. Destes 55% são mulheres. Como diz um representante desse grupo, a inclusão social que almejam "vai muito além da rampa": "é deslocando-se que o homem é verdadeiramente homem e pode viver conforme sua natureza, mas somos impedidos de perambular por aí como qualquer um. Sem essa possibilidade, somos alijados do convívio social e impedidos de desenvolver nossas potencialidades. Compelidos a viver em situação de subserviência na relação com os demais seres humanos muitas vezes não encontramos forças para superar os obstáculos que se apresentam e ficamos à margem da sociedade, dependendo da sua benemerência". As escolas públicas, de forma geral, estão despreparadas tanto para concretizar a educação inclusiva e receber os portadores de deficiência em turmas regulares, como para acolher os que não prescindem de classes especializadas.

ESTRATÉGIAS

177. Garantir a participação do jovem deficiente na elaboração das políticas públicas;

178. Assegurar e promover o total cumprimento de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais das pessoas com deficiência, sem qualquer discriminação em razão da deficiência;

179. Promover cursos de educação profissional de nível básico em espaços públicos e privados, respeitando a inclusão de trinta por cento jovens portadores de deficiência;

180. Construir redes de informação para integrar os jovens portadores de deficiência para participarem das discussões e construção das políticas públicas;

181. Garantir a aplicação do art. 93 da Lei nº. 8.213, de 24 de julho de 1991, que obriga as empresas com mais de 100 empregados a preencher dois a cinco por cento dos seus cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiências, habilitadas;

182. Garantir renda aos jovens portadores de deficiência;

183. Disponibilizar assistência médica especializada para promoção do desenvolvimento de suas capacidades, incluindo a identificação precoce e a intervenção adequada como se impõe e serviços concebidos para minimizar e prevenir deficiências posteriores;

184. Conceder passe-livre nos transportes públicos;

185. Garantir a acessibilidade aos prédios e locais públicos;

186. Criar programas de apoio à família dos jovens portadores de deficiência, especialmente aos que cumprem a tarefa de ajudá-los a deslocar-se para cursos, tratamento e trabalho, que dependem tempo e recursos, muitas vezes inexistentes.

187. Promover a formação de profissionais e técnicos que trabalhem com pessoas com deficiência segundo os direitos reconhecidos para que o apoio e os serviços assegurados por aqueles mesmos direitos sejam prestados com maior eficácia;

188. Criação de programas institucionais que garantam maior diálogo e melhor acompanhamento da escola com a família do (a) aluno (a) com deficiência;

6.5 - Jovem LGBTT

DIAGNÓSTICO

A população GLBTT, historicamente vem sofrendo em sua maioria com a discriminação e o preconceito, estes que se apresentam em várias formas, sejam através da homofonia, violência (física ou moral) etc.

Quando se trata da condição de vida do adolescente e jovem LGBTT que por conta da sua orientação sexual, foge dos estereótipos de gênero que impera na sociedade, essa condição deve ser compreendido a partir da perspectiva de vulnerabilidade, o que requer *iniciativas políticas* que tenham como foco a proteção dos seus direitos humanos e sociais.

As maiores vulnerabilidades dessa população, está nos processos homofóbicos inseridos no ambiente escolar como forma de exclusão, no abandono familiar e na saúde. Destacando esta última como alarmante, pois os jovens e adolescentes LGBTTT estão mais propensos à contaminação por HIV.

No que tange a violência, a mesma contra minorias sexuais compromete os princípios de cidadania e segundo o relato de Luiz Mott, em Homofobia: a violação dos direitos humanos de gays, lésbicas e travestis no Brasil, a cada três dias, pelo menos um gay, travesti ou lésbica é brutalmente assassinado no País. Além das inúmeras formas de violência contra indivíduos homossexuais no Brasil, ainda ocorrem os insultos verbais, a discriminação nas escolas, onde ocorre a expulsão de alunos quando se evidencia a sua homossexualidade. Trabalhadores perdem seus empregos por assumirem publicamente sua orientação sexual.

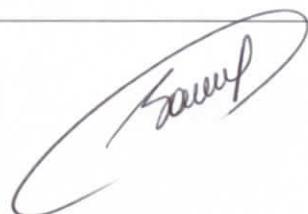
Em Pernambuco deparamos com uma triste realidade que segundo pesquisa realizada pelo GGB – GRUPO GAY DA BAHIA, Pernambuco está em primeiro lugar do ranking nacional dos estados, mas violento contra LGBT, com números assustadores que envergonham qualquer cidadão que almeja uma sociedade igualitária.

Dessa forma, faz-se necessário conscientizar a sociedade de que a Constituição Federal garante o direito de todos à dignidade e ao respeito de sua integridade física, moral e psicológica, pois em cada período histórico e em cada cultura cada um tem o seu jeito próprio de viver e expressar sua sexualidade.

Sendo assim, o desafio que se lança para o Estado é o da mudança de valores e representações sociais, bem como, dinâmicas institucionais, o que requer articulações entre os atores que compõem a nossa sociedade, buscando dessa forma a inclusão e o pleno exercício da cidadania GLBTT.

ESTRATÉGIAS

- 189.** Garantir a participação do(a) jovem LGBTTT na elaboração das políticas públicas;
- 190.** Prover apoio psicológico, médico e social ao jovem em virtude de sua orientação sexual e à sua família em centros de apoio;
- 191.** Respeitar as diferentes formas de orientação sexual e o seu direito à livre expressão;
- 192.** Combater a discriminação no emprego em virtude da orientação sexual;
- 193.** Combater comportamentos discriminatórios e intolerantes em relação à sexualidade dos jovens;



194. Desenvolver, a partir dos livros didáticos, a consciência dos jovens acerca da diversidade sexual;
195. Fortalecer o Programa Brasil sem Homofobia;
196. Criar o Conselho da Diversidade Sexual abrigado pela Secretaria de Justiça, a fim de garantir a integridade física e moral e direitos humanos das categorias;
197. Realizar campanhas de combate a homofobia;
198. Garantir o tema nos processos de Educação Permanente em serviços do SUS;
199. Combater toda forma de exploração sexual contra os adolescentes e jovens GLBTT;
200. Apoiar e divulgar produção de materiais educativos sobre orientação sexual e identidade de gênero para superação da homofobia;

6.6 - Jovens Mulheres

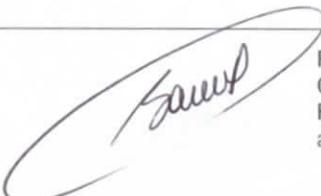
DIAGNÓSTICO

Gênero refere-se às relações desiguais de poder entre homens e mulheres que são resultados de uma construção social do meio em que vivemos, assim, o papel do homem e da mulher é construído culturalmente e muda conforme a sociedade e o tempo.

A Síntese de Indicadores Sociais divulgada pelo IBGE no início de outubro de 2009 mostra que as mulheres continuam a avançar no trabalho e na educação, mas também persiste a desigualdade salarial em relação aos homens. Segundo o IBGE, entre 1998 e 2008 aumentou de 64,8% para 68,5% o índice de mulheres de 20 a 24 anos no mercado de trabalho. No grupo de 16 a 24 anos, a taxa de atividade (porcentagem de pessoas economicamente ativas em relação ao total das que estão em idade ativa) subiu de 53,6% para 58,3% entre as mulheres.

Às mulheres ainda são minoria nas esferas de poder, tanto no espaço público quanto no privado. A diferença salarial em relação aos homens ainda permanece.

O estudo revelou também uma sobrerrepresentação de trabalhadoras domésticas de cores/raças preta e parda. No Brasil, a proporção de mulheres pretas e pardas acima de 10 anos é de 51,5%, enquanto a proporção de empregadas domésticas era de 60,9%. No Sudeste, para cada 100 empregadas domésticas brancas, há 177 pretas e pardas.



Outra atividade realizada principalmente pelas mulheres, e praticamente invisível na sociedade como forma de trabalho, é a realização dos afazeres domésticos. Do total das mulheres ocupadas, 87,9% declararam cuidar dos afazeres e do total dos homens, 46,1%. O número médio de horas na semana dedicado a esses afazeres é de 20,9 para as mulheres e de apenas 9,2 para os homens.

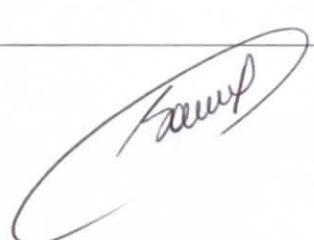
Em Pernambuco, a violência contra a mulher é gritante, se comparado a algumas cidades maiores, em média 2 mulheres são assassinadas ou violentadas por dia no Estado. Em janeiro de 2009 foram assassinadas em Pernambuco 31 mulheres, o mês contém exatos 31 dias, ou seja, no mínimo 1 mulher por dia morta.

O combate ao preconceito e a construção de novos valores na relação entre os agentes institucionais e as pessoas, que se fundem no respeito à dignidade da vida humana, são aspectos fundamentais, pois, na maioria dos casos, trata-se exatamente de resgatá-la. Trata-se também de desconstruir valores que estão no cerne de uma sociabilidade que hoje é marcada pela violência. Uma cultura da violência que banaliza a vida humana, como banaliza as desigualdades, como estabelece as bases para a prática da violência, para a sua aceitação e, em alguns casos, para a sua legitimidade. A qualificação e capacitação do corpo profissional envolvido nas instituições responsáveis pela segurança, mas que a ultrapassem, estendendo-se para outros âmbitos, como da saúde, da educação etc., bem como ações educativas e preventivas que alcancem diversos segmentos sociais, são outro núcleo imprescindível de ações.

Garantir o exercício pleno de direitos para toda sociedade é papel do Estado, porém, para isso fazem-se necessárias transformações sociais que eliminem toda e qualquer forma de diferenciação e exclusão social, não somente de gênero.

ESTRATÉGIAS

- 201.** Garantir a participação das jovens mulheres na elaboração das políticas públicas de juventude;
- 202.** Criar um grupo de trabalho para discutir a garantia de conscientização da questão de gênero;
- 203.** Criar o conselho municipal da mulher, tendo sempre, no mínimo, uma representante jovem mulher;
- 204.** Garantir apoio médico, psicológico, social e econômico às jovens em virtude de gravidez indesejada;



205. Promover ações destinadas a aumentar a proporção de mulheres nos papéis e nos cargos de liderança nas comunidades e nas instituições;
206. Estimular programas e projetos que objetivem conscientizar as mulheres na identificação de suas necessidades especiais;
207. Combater todo tipo de discriminação e violência contra a mulher;
208. Ampliar a participação das mulheres nos espaços de poder;
209. Defender a valorização do trabalho das mulheres com garantia dos direitos trabalhistas, com igualdade salarial para homens e mulheres, com registro em carteira e redução da jornada de trabalho;
210. Apoiar a divulgação e implementação da Lei 11.340 de agosto de 2006 – Lei Maria da Penha;
211. Defender uma educação inclusiva e não-sexista;
212. Combater os estereótipos na educação e na mídia que reforçam as idéias de submissão, desigualdade, subalternidade e discriminação das mulheres;
213. Estimular as escolas sobre o amparo às jovens grávidas e às jovens mães;
214. Garantir um atendimento humanizado na rede pública de saúde para assistir a mulheres, independente da sua orientação sexual, em situação de abortamento com acompanhamento psicossocial permanente;

C. AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO PLANO

A importância do Plano Municipal de Juventude exige que os diferentes grupos representativos dos jovens, os conselhos representativos dos municípios, os servidores municipais, os políticos do município, as entidades instituições e organizações da sociedade civil se apropriem desta lei como um forte instrumento de luta pelas políticas públicas de juventude, pelos direitos dos jovens e pelo reconhecimento desta camada da população como parte, fundamental e protagonista, de qualquer projeto de desenvolvimento para o nosso município.

As representações institucionais – sejam do Governo do município ou do próprio Conselho –, as demais instituições de juventude municipal e as representações juvenis de toda cidade de Altinho deverão reunir-se para, em conjunto e em regime de Conferência,

avaliar o desempenho, a aplicabilidade, a gestão, os objetivos, as metas e a própria segmentação do Plano Municipal de Juventude.

Caberá ao Conselho Municipal de Juventude, através dos seus Grupos de Trabalho, Comissões Temáticas ou outros instrumentos que vier a constituir, avaliar e acompanhar a consolidação das estratégias e objetivos do presente plano.

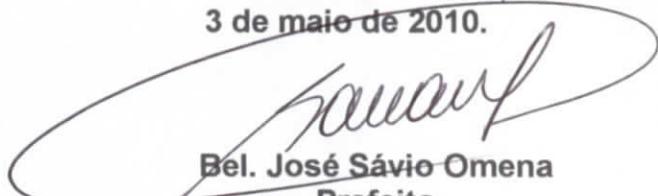
Recomenda-se a institucionalização de mecanismos periódicos de avaliação setorial das políticas voltadas para os/as jovens, com acompanhamento pelo Conselho Municipal de Juventude.

Recomenda-se que se estabeleça uma estrita relação com as demais secretarias do município em especial com os programas voltados para jovens, buscando divulgar o plano de juventude e obter maior subsídio para sua efetiva consolidação.

Recomenda-se, também, que as instituições públicas e privadas, atualizem e enriqueçam, sistematicamente, os diagnósticos de cada segmento do Plano.

Por fim, compreendendo que estudar a juventude, pela sua enorme capacidade de transformação, é, em última instância, estudar o próprio processo de mudança social, avaliamos que as metas e objetivos aqui apresentados deverão ser adequados às alterações do processo de evolução permanente da juventude.

Gabinete do Prefeito, em
3 de maio de 2010.



Bel. José Sávio Omena
- Prefeito -